Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Formaçaõ Social, Econômica e Política do Brasil

Marcus Fernandes Marcusso
Lívia Carolina Vieira

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Marcusso, Marcus Fernandes
M313f Formação social, econômica e política do Brasil / Marcus Fernandes Marcusso, Lívia Carolina Vieira. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
112 p.

ISBN 9788584826223

1. Brasil – História. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Brasil - Condições econômicas. I. Vieira, Lívia Carolina. II. Título.

CDD 981

2017
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Tema 1 | As Bases da Colonização do Brasil — 7

Tema 2 | O Atlântico Sul e a Formação Colonial Brasileira — 19

Tema 3 | Estrutura e Dinâmica do Brasil Imperial — 33

Tema 4 | O Fim do Século XIX no Brasil: Transformações em Curso — 43

Tema 5 | A Modernização Urbano-Industrial no Brasil Republicano — 53

Tema 6 | As Desigualdades Regionais do Brasil — 67

Tema 7 | A Era Vargas e o Processo de Substituição de Importações — 79

Tema 8 | Nacional Desenvolvimentismo, Ditadura Militar e Neoliberalismo — 93

Convite à leitura

Neste tema você conhecerá as bases da colonização do Brasil. Certamente você se recorda de que a economia colonial do país (1500-1822) esteve voltada para a produção de gêneros primários, de forma a atender às necessidades da metrópole portuguesa, não é mesmo? É comum encontrar, nos livros didáticos, o modelo de exploração colonial baseado na monocultura, latifúndio e escravidão. No entanto, este tema mostrará que será preciso ir além, compreender as transformações que ocorreram na Europa com a transição do feudalismo para o capitalismo e que impulsionaram o colonialismo. A trajetória econômica do país foi influenciada pelo processo de ocupação e organização econômico do período colonial que nos levou a uma industrialização tardia, com desigualdades sociais e dependência econômica. A leitura deste tema ampliará sua visão sobre a formação social, econômica e política do Brasil e sua ligação com as transformações do capitalismo mundial.

As Bases da Colonização do Brasil

POR DENTRO DO TEMA

As Bases da Colonização do Brasil

Para entendermos a colonização do Brasil é fundamental um breve olhar para a Europa do final da Idade Média (séculos XIV e XV). Essa época foi marcada por uma grande crise econômica, superada pelo rápido crescimento e expansão da atividade comercial no continente europeu, o chamado Renascimento Comercial. Essas transformações marcaram o início da transição do **feudalismo** para o capitalismo na Europa.

Segundo José Márcio Rego e Paulo Gala, em termos teóricos, a passagem do modo de produção feudal para o capitalismo significa

> a mudança de um sistema que gera produtos para o consumo de subsistência, sem produtividade e em baixíssima escala, para um regime em que a produção de bens e serviços se dirige ao consumo das massas, a partir de elevada produtividade, especialização e mecanização do processo produtivo. No primeiro, reina a lógica da reprodução e manutenção pura e simples das pessoas. O poder se assenta em relações sociais e religiosas, principalmente. No segundo, impera a lógica capitalista. Visa-se à reprodução do capital — por meio da acumulação de lucros e não à de pessoas. O poder fundamenta-se no nível de riqueza; relacionamentos pessoais e religiosos assumem importância secundária. A passagem de um sistema para outro não é imediata. Exige uma etapa transitória, que consiste na mercantilização das relações de

> produção. Assim, o trabalho migra de uma forma servil e artesanal para a industrial e assalariada. (GALA; REGO, 2011. p. 61).

Essa etapa transitória, uma espécie de primeira fase do capitalismo, é conhecida como **capitalismo comercial** e foi alicerçada sob três pilares: as monarquias absolutistas, o mercantilismo e o colonialismo. Por tratar-se de uma fase de mudança, apresentava um novo sistema social e econômico que convivia com remanescentes do feudalismo, como a nobreza feudal. A primeira grande expressão do capitalismo comercial foi a Era das Navegações, quando os estados europeus se aventuram no comércio marítimo em busca de riquezas. Segundo Maria Angélica Borges (2011), as grandes navegações foram possíveis a partir da confluência de diversos fatores, internos e externos na sociedade europeia:

> O desenvolvimento das atividades primária e secundária da economia, criando um novo setor agrícola mais amplo e impulsionando a manufatura, tornou-se condição da expansão ultramarina e da colonização no Novo Mundo. Com este novo quadro surgem as classes sociais modernas, que extraem sua força política nas atividades econômicas e financeiras mercantis. Constituem-se as grandes Companhias de Comércio, organizadas com base nos monopólios e ligadas ao aparelho do Estado, que comporta os interesses de grupos antagônicos: o clero, a nobreza e a burguesia nascente. (BORGES, 2011, p. 4).

O sucesso da expansão marítima e a ampliação dos negócios resultaram no fortalecimento do poder monárquico, uma vez que os reis europeus tiveram importante papel na viabilização e administração dos empreendimentos marítimos, principalmente a partir da cobrança de impostos de uma burguesia mercantil cada vez mais próspera. Observamos aqui a íntima relação entre o desenvolvimento do capitalismo comercial e a estruturação do Estado Nacional, com o comércio gerando recursos para a manutenção desse Estado. O fortalecimento do poder monárquico possibilitou a formação do **Estado Absolutista**.

De acordo com Perry Anderson (1998), o Estado Absolutista

> Era um Estado fundamentado na supremacia social da aristocracia e confinado aos imperativos da propriedade

> fundiária. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam à sua mercê. Nunca ocorreu nenhuma derrogação política da classe nobre no Estado absolutista. O seu caráter feudal acabava constantemente por frustrar ou falsificar as suas promessas ao capital. Exército, burocracia, diplomacia e dinastia continuaram a ser um complexo feudal fortalecido que governava o conjunto da máquina de Estado e guiava os seus destinos. O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo. (ANDERSON, 1998, p. 41).

Os estados absolutistas europeus, de modo geral, adotaram um mesmo conjunto de práticas relacionadas para fortalecer o Estado através da promoção do comércio, caracterizando a política econômica chamada de mercantilismo.

Entre as principais características do mercantilismo podemos destacar a ideia do metalismo, segundo a qual a riqueza de um Estado era proporcional ao volume de metal precioso que existia dentro de suas fronteiras. O metal precioso circulava na economia sob a forma de moeda, portanto era necessário atraí-lo para dentro do país. A melhor forma de realizar esse movimento era com a obtenção de lucro na principal forma de atividade econômica, o comércio. Esse quadro gera outra característica do mercantilismo, a doutrina da balança comercial favorável, segundo a qual o valor das exportações de um país deveria ser maior que o valor das importações. É nesse momento que o Estado Absolutista entra em cena com a política econômica do intervencionismo, objetivando manter a balança comercial favorável. Dentre as medidas intervencionistas destaca-se o protecionismo, que visava dificultar a importação de produtos estrangeiros. Além disso, ao tomar para si o monopólio da regulação econômica, o Estado Absolutista passa a ter condições de realizar a tributação, fundamental para sua sobrevivência, mais eficientemente.

Por fim, temos a noção de que a formação de colônias (colonialismo) poderia resolver o problema das nações cujo equilíbrio na balança comercial era afetado por políticas protecionistas estabelecidas pelas demais. Os estados absolutistas europeus entenderam que podiam garantir a obtenção da balança comercial favorável se desenvolvessem atividades econômicas produtivas na América recém-descoberta, sobretudo de produtos tropicais "exóticos", que encontrariam mercado na Europa apesar das barreiras mercantilistas. Além do mais, havia a possibilidade de encontrarem nessas terras novos depósitos de metais preciosos.

Para Maria Angélica Borges, a política econômica do mercantilismo "traduz os anseios de classe da burguesia comercial, que ainda não chegara ao poder. Esse grupo foi constituído nos marcos do capitalismo emergente e o Estado absolutista

traz a sua marca." (BORGES, 2011, p. 5). A análise desse perfil mercantilista da burguesia é fundamental para a compreensão da dominação colonial.

> Como sabemos, Portugal, ao contrário da Espanha, não logrou encontrar, de saída, metais preciosos nas suas novas terras. Dessa forma, os principais objetivos da empreitada estavam comprometidos: inicialmente, não se havia encontrado a almejada passagem para as ricas Índias, centro das especiarias, alvo maior do périplo navegador. Secundariamente, não se desfrutou das vantagens metalistas dos espanhóis. Coube ao colonizador sistematizar o Pacto Colonial nos moldes dos interesses do cenário europeu, criando no solo nativo alternativas que realizassem o lucro almejado e que aproveitassem as potencialidades de local ainda tão inóspito, transformando-o em produtor efetivo de riquezas. Essas soluções — produção extrativa e depois, principalmente, a plantation de cana-de-açúcar —, acompanhadas da mineração, renascimento agrícola e café, inscreveram a economia colonial na história metropolitana. (BORGES, 2011, p. 6).

Países como Portugal e Espanha, pioneiros na expansão marítima, acabaram por estabelecer vastos impérios coloniais. Seja através da extração de metal precioso ou do desenvolvimento da agricultura tropical, as nações ibéricas pareciam atingir com sucesso os objetivos mercantilistas. Formava-se, assim, o Antigo Sistema Colonial, que serviu com esteio para a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, em fins do século XVIII. O antigo sistema colonial estruturou-se no binômio comércio monopolista e escravismo. Para Fernando Novais, ao estabelecer a exclusividade do comércio com o Ultramar, as metrópoles europeias organizaram um quadro institucional de relações que promoviam, necessariamente, um estímulo à acumulação primitiva de capital na economia metropolitana à custa das economias periféricas coloniais. Dessa forma,

> o regime do exclusivo metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, por meio do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade europeias em transição para o capitalismo integral. (NOVAIS, 1993, p. 37).

De acordo com Maria Angélica Borges, o Brasil inicia "sua história como membro do império português, inserido na empresa mercantil, colonial e escravocrata, que

marcou a expansão ultramarina no período quinhentista." (BORGES, 2011, p. 2). Para Luis Felipe de Alencastro, nossa história vai além de nosso território, "o país aparece no prolongamento da Europa", pois a partir do escravismo como motor da dominação colonial, temos a geração de um espaço bipolar,

> [...] englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. (ALENCASTRO, 2000, p. 9).

Nesse sentido, a história da colonização não se esgota na relação Coroa e novas posses nas terras do Ultramar. Devemos entender o Sistema colonial a partir das relações comerciais firmadas no **Atlântico Sul**, especialmente no que se refere ao comércio de escravos, uma das atividades comerciais mais rentáveis da época. Como atesta Gala e Rego,

> Os capitalistas europeus aliados às monarquias investiam nas empresas coloniais para obter lucro. As empreitadas tinham de se pagar. As viagens deveriam apresentar alto retorno. Os novos territórios deveriam produzir mercadorias para o mercado europeu ao mínimo custo possível. O comércio dentro da colônia e entre colônias era nocivo. Por tudo isso, o trabalho no Ultramar deveria ser compulsório. (GALA; REGO, 2011, p. 66).

Ao longo da dominação colonial da América tivemos a manifestação de dois tipos de colonização: a de exploração e a de povoamento. Do sul da América Inglesa (atual sul dos Estados Unidos), até a América Espanhola (México e países da América do Sul) e na América Portuguesa (Brasil) tivemos o estabelecimento das colônias de exploração, cujas principais características foram descritas ao abordarmos o Antigo Sistema Colonial. A exceção ficar por conta da colonização de povoamento processada na região norte da América do Norte (atual Norte dos Estados Unidos e Canadá). Nesse tipo de ocupação a motivação vai além da acumulação de capital, pois prima-se pelo povoamento da região. Trata-se, assim, de populações

> que se afastam das consequências da situação interna da Europa (que desde o século XI vinha se desenvolvendo

> comercialmente, alcançando no século XV situação de destaque), que tinha dois móveis significativos. De um lado, as lutas político-religiosas, de outro, a transformação econômica do século XVI, particularmente o fenômeno dos cercamentos. Durante dois séculos, várias seitas migraram para estas regiões de clima similar ao seu local de origem e também para outros pontos. (BORGES, 2011, p. 7).

Por fim, ficamos com uma análise mais teórica desenvolvida por Maria Angélica Borges acerca da especificidade da formação do capitalismo nas regiões coloniais, a chamada Via Colonial. Para a autora, essa forma "não conseguiu autodeterminar-se economicamente com uma acumulação local, não satisfazendo as leis capitalistas. Suas possibilidades esgotaram-se nas acumulações primitiva e geral." (BORGES, 2011, p. 13). Como consequência dessa formação específica nos países advindos do colonialismo, "a evolução do capitalismo não foi acompanhada por um período de ideias que gerassem ilusões humanistas e práticas necessárias, mesmo marcadas pela utopia, para realizar o cidadão e a comunidade democrática" (BORGES, 2011, p. 13), excluindo a maioria da população das grandes decisões acerca da questão nacional e democrática.

Vale ressaltar que a gênese da formação social, econômica e política do Brasil está intimamente ligada às transformações processadas no âmbito do capitalismo mundial, como contesta Borges, "Nós já nascemos inseridos na empresa colonial, mercantil e escravocrata, portanto, integrados ao capital internacional." (BORGES, 2011, p. 20).

ACOMPANHE NA WEB

- Leia o texto de Luís Felipe Alencastro, *Com quantos escravos se constrói um país*, para compreender um pouco mais sobre como se deu a dependência do tráfico negreiro e da escravidão, e os efeitos disso para o Brasil até os dias atuais.

Link: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/com-quantos-escravos-se-constroi-um-pais>. Acesso em: 04 abr. 2014

- Para saber mais sobre a *História do Brasil Colônia* assista ao documentário História do Brasil – Colônia, com o historiador Boris Fausto. Neste material é possível ter uma visão geral do período colonial e assimilar o conteúdo aprendido neste primeiro tema.

Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=sGFROOSJcx4>. Acesso em: 04 abr. 2014.

Tempo: 28:19.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

Como vimos, os estados absolutistas europeus, de modo geral, adotaram um mesmo conjunto de práticas relacionadas a fortalecer o Estado através da promoção do comércio, caracterizando a política econômica chamada de mercantilismo. Sobre o mercantilismo, assinale a alternativa que está corretamente relacionada aos seus interesses:

a) O não monopólio sobre o comércio da colônia.

b) O estímulo ao crescimento populacional.

c) A política da balança comercial favorável.

d) A falta de protecionismo às manufaturas do próprio país.

Questão 2

Explique sucintamente o que é a chamada *Via Colonial* destacada por Borges (2011) e aponte uma consequência dela para a formação política e social do Brasil.

Questão 3

A política do mercantilismo adotava o sistema de colonização como uma forma de:

a) Obter prestígio internacional.

b) Evitar conflitos internos que dificultavam o crescimento dos países europeus.

c) Criar condições para a implantação do absolutismo.

d) Garantir à Metrópole maior rentabilidade e colocá-la em posição privilegiada no comércio internacional.

Questão 4

Considere o seguinte excerto:

"Os textos clássicos discutem o tema da ocupação territorial durante a colonização da América a partir da seguinte divisão: colônias de povoamento e de exploração." (BORGES, 2011, p. 7).

Descreva sucintamente as principais características dos tipos de ocupação territorial citados no texto.

Questão 5

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Mensagem, Fernando Pessoa.

A partir de seu conhecimento escolar anterior, identifique qual o período da história que está sendo recuperado pelo poeta e por que a conquista e o domínio dos mares foram tão importantes naquela época.

FINALIZANDO

Neste tema você compreendeu as transformações que marcaram o início da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa. Observou como funcionou o chamado capitalismo comercial e suas implicações para a Era das Navegações, em que foram realizados investimentos marítimos em busca de riquezas. Compreendeu ainda que a expansão marítima e o fortalecimento do poder monárquico proporcionaram a formação dos Estados Absolutistas, que procuravam se fortalecer com a promoção do comércio, caracterizando a política econômica chamada mercantilismo. Percebeu que os estados absolutistas adotaram um mesmo conjunto de práticas: o metalismo, a política econômica do intervencionismo e o colonialismo. Apreendeu que, dentro desse contexto, Portugal e Espanha estabeleceram vastos impérios coloniais estruturados no binômio comércio monopolista e escravismo. Pode ir além, observando que a história de colonização do Brasil não se esgotou nas relações com a coroa portuguesa, mas esteve ligada às relações comerciais firmadas no Atlântico Sul, especialmente no que se refere ao comércio de escravos.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *Com quantos escravos se constrói um país*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/com-quantos-escravos-se-constroi-um-pais> Acesso em: 2 abr. 2014.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BORGES, Maria Angélica. Estrutura e sentido da Formação Colonial Brasileira. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1-24.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *História do Brasil* — Colônia <https://www.youtube.com/watch?v=sGFROOSJcx4>. Acesso em: 2 abr. 2014.

GALA, Paulo; REGO, José Márcio. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 56-72.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial* (séculos XVI-XVIII). 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=15726>. Acesso em: 5 abr. 2014.

GLOSSÁRIO

Feudalismo: Forma de organização social, política, econômica e cultural predominante na Europa durante a Idade Média, entre os séculos V e XV. Dentre suas características gerais podemos citar a economia baseada na agricultura de subsistência e pouco comércio, prevalecendo o sistema de trocas. A sociedade era estamental, isto é, as pessoas eram divididas em camadas definidas por seu nascimento, não havendo mobilidade social vertical. A base dessa forma de organização era teocêntrica, ou seja, era estruturada no sentido de atender aos

desígnios de Deus. Logo, o poder da Igreja Católica era expandido a todos. A sociedade era composta por três estamentos: clero, nobreza e camponeses. O clero era formado por membros da nobreza, detinha grandes riquezas e controle sobre a sociedade feudal através da religião. Os nobres eram basicamente guerreiros que lutavam para manter seus territórios, os feudos. Encontramos também os vassalos, nobres com menos recursos que trocavam trabalho e fidelidade por proteção e um lugar dentro do sistema de produção com outros nobres, chamados de suseranos. Os camponeses viviam sob o regime de servidão, uma relação de trabalho onde o indivíduo estava preso à terra do nobre por meio de várias obrigações e impostos em troca de proteção. Os camponeses servos formavam a base da produção agrária do período.

Capitalismo Comercial: É considerada uma etapa primitiva do capitalismo, em que o novo sistema social e econômico convivia com resquícios do feudalismo. A antiga nobreza feudal permanecia influente dentro dos novos estados, porque foi mantida a estrutura jurídica que lhe garantia privilégios. Nessa etapa, a acumulação de capital por meio das transações comerciais passa a ser o princípio organizador das sociedades modernas e o comerciante burguês, uma figura fundamental. O Brasil nasce nesse contexto como sistema colonial produtor de mercadorias para a exportação.

Estado Absolutista: Foi o modelo político voltado à promoção do mercantilismo, a fim de produzir riquezas e gerar impostos para o Estado, além de aliado à burguesia mercantilista, estava unido à nobreza, conferindo-lhes privilégios. Os monarcas concentravam poder e recursos assegurando o monopólio da força militar e da burocracia fiscal e judicial.

Pacto Colonial: O Pacto Colonial foi a base da política econômica mercantilista. Composto de um conjunto de leis e regras que a metrópole impunha às colônias a fim de garantir o exclusivismo comercial, ou seja, as colônias só poderiam comprar e vender produtos de sua metrópole, defendendo assim os interesses da Coroa e das Companhias de Comércio.

Atlântico Sul: Região localizada no hemisfério sul, entre a costa brasileira e a costa africana. Tal área é fundamental para consolidação do império colonial português, tanto no continente americano como na África. Segundo Alencastro (2000), a região é tão importante que deve ser analisa de forma cojunta, como se fossem polos do mesmo sistema econômico, que por meio do comércio de escravos foi inserida no capitalismo comercial internacional.

O Atlântico Sul e a Formação Colonial Brasileira

POR DENTRO DO TEMA

O Atlântico Sul e a Formação Colonial Brasileira

Como vimos no tema anterior, o entendimento do Atlântico Sul e do comércio bipolar Brasil-África nos séculos XVI e XVII é essencial para o entendimento da formação econômica, social e política do Brasil. Para Alencastro (2003, p.21), "É no espaço mais amplo do Atlântico Sul que a história da América portuguesa e a gênese do império de Brasil tomam toda sua dimensão".

Nesse sentido, devemos compreender mais a fundo as estratégias adotadas pela Coroa portuguesa em seus domínios coloniais para conseguir altos lucros. Segundo Paulo Gala (2011), para que os capitalistas da Metrópole e a Coroa pudessem extrair a riqueza que tanto almejavam foi necessária a criação de fluxos e rotas comerciais. Tratava-se de descobrir nas colônias mercadorias de grande aceitação no mercado europeu, para que o papel do colonizador se resumisse a

> extrair esses produtos valiosos da colônia para vendê-los com altos lucros na Europa. Exemplos típicos são a prata peruana e o pau-brasil. A esse respeito, é importante destacar a grande diferença existente entre os sistemas mercantis de Portugal e Espanha, o primeiro fazendo do comércio de mercadorias vivas, a saber, escravos, um de seus mais rentáveis negócios, seja em termos de lucros para capitais privados, seja em receitas tributárias, e o segundo se especializando no comércio de metais e mercadorias mortas. (Id. Ibid., p.27)

No entanto, a efetivação dessas rotas de comércio dependia do estabelecimento

das estruturas que viabilizassem a circulação dessas mercadorias no território colonial. A forma encontrada pelas metrópoles para a superação desse entrave foi a ocupação dos domínios com pessoas da baixa nobreza europeia e de grandes comerciantes e navegantes próximos à realeza. Para Gala (Ibid., p.27) "foi o caso das **capitanias hereditárias** brasileiras ou a aliança com tribos e nativos locais, no intuito de organizar ou modificar o sistema produtivo para a realização da empreitada mercantilista". A ocupação territorial foi fundamental para a efetivação do sistema colonial, no entanto gerou um efeito colateral para as metrópoles: a formação de uma elite local que adquiriram, ao longo do tempo, interesses próprios e às vezes até contraditórios aos objetivos da Coroa.

A produção de açúcar no nordeste brasileiro, com base na mão de obra escrava africana, encaixava-se perfeitamente na organização econômica do Atlântico Sul, "pois o controle sobre o tráfico negreiro dava à Coroa grande força sobre o sistema açucareiro da colônia brasileira, porque a reprodução deste passava a depender da importação de peças da África." (GALA, 2011, p.28).

Nesse sentido, a Coroa portuguesa obtinha um ganho duplo: aumento do controle sobre os colonos e potencialização de seus lucros, tanto com a venda do açúcar no mercado europeu quanto com os tributos arrecadados em forma de impostos sobre a venda dos escravos. Vale lembrar que o comércio negreiro também gerava ganhos para a Igreja Católica, desde simples batismos e a difusão da religião até as transações de escravos realizadas por parte do clero.

Para entendermos de modo claro a formação do sistema de produção açucareira e sua importância para a formação econômica, social e política do Brasil, devemos nos voltar para uma abordagem mais detalhada a partir da perspectiva de um estudo da África, que, antes de ter sua história alinhada à formação brasileira, já tinha lugar de destaque no Império colonial português.

O primeiro ponto a merecer destaque é a formação do mercado africano. Em outras palavras, fica a questão elaborado por Gala (Ibid., p.29): "por que a África se torna a principal colônia fornecedora de escravos para o mundo mercantil?". O autor destaca dois princípios fundamentais para tentar responder a questão: 1) Desde o primeiro contato de colonizadores europeus com o continente africano, foram encontradas rotas consolidadas de comércio. 2) A existência da instituição da escravidão nas sociedades tribais africanas, especialmente mediante derrota em guerras. Vale ressaltar que as derrotas não significavam uma conversão definitiva das tribos à condição de escravos, pois a resistência era parte integrante do processo.

Diante desse cenário, o comércio de escravos passa a se intensificar na segunda metade do século XV, quando escravos oriundos da Guiné-Bissau, Senegâmbia e África Central eram levados para as ilhas atlânticas (Madeira, Canárias) e para as Índias de Castela, principalmente

o Peru. Nas ilhas atlânticas, os portugueses iniciaram a cultura açucareira praticada principalmente na ilha da Madeira durante o século XV. Segundo Alencastro, essa experiência portuguesa anterior à colonização do Brasil foi fundamental para o sucesso da implantação do sistema de produção do açúcar no Brasil.

> Plantas (cana-de-açúcar banana, inhame, coco), métodos de cultivo, tipos de moendas açucareiras. Homens forros e escravos especializados no trabalho colonial e métodos de tráfico negreiro. [...] puderam ser empregados no Brasil porque haviam sido postos em prática anteriormente nas ilhas atlânticas. (Idem, 2000, p. 70).

O comércio de escravos apresenta-se a Portugal, desde o século XV, como um caminho fácil para a exploração econômica da África. De acordo com Alencastro (2000), no final do século XVI os portugueses já haviam desbancado os genoveses no tráfico para o mercado hispano-americano e passavam a assumir a posição de maiores fornecedores de escravos africanos no Atlântico Sul. Tal situação foi possível graças à conquista militar dos portos na África Central e da constituição de uma rede de feitorias.

A questão geográfica também teve papel nesse contexto, já que a proximidade entre Brasil e Angola é notável. Além disso, a navegação a vela "entre estes dois estados era calma e tranquila, tendo o anticiclone de Capricórnio corno motor natural. Abre-se uma grande "estrada" entre Rio — Luanda e Salvador, que terá consequências irreversíveis na formação de nosso pais." (GALA, 2011, p.32). Alencastro (2000) sintetiza que a navegação luso-brasileira foi transatlântica e negreira. De acordo com cálculos deste autor, em três séculos foram feitas aproximadamente 12 mil viagens entre os portos africanos e o Brasil, trazendo cerca de 4 milhões de negros.

Paulo Gala ressalta o importante papel da Igreja Católica na consolidação da ordem colonial e escravista no Império ultramarino português:

> Prova de tal apoio se viu na bula papal Romanus pontifex de 1455 que dava o domínio e monopólio dos territórios conquistados por Portugal "para compensar tão grandes perigos, trabalhos e gastos de fazenda, com perda de tantos naturais dos referidos remos [Portugal e Algarve [...] para proteção e aumento [...] da Fé católica". De fato, essa recomendação papal, associada à concepção que os europeus tinham da África, facilitou sobremaneira o trabalho dos jesuítas na adaptação da doutrina vigente. (GALA, 2011, p.40).

A atuação do **jesuítas** ainda foi decisiva para a utilização da mão de obra escrava africana, uma vez que defendiam que a escravidão seria uma forma de salvação do paganismo. Para Gala, essa configuração tornava o sistema colonial eficaz e funcional, uma vez que "a ordem colonial era mantida, o tráfico era permitido pela Igreja, mas não sem controle, já que a sanção divina era essencial." (Id. Ibid., p.40). Em contrapartida, estava a escolha do nativo da terra como o alvo da catequização, o que tornava os índios mais protegidos em relação à escravidão.

Outros fatores tornavam a escravidão indígena pouco atrativa para o sistema colonial, pois:

> **[...] esbarrava na esfera mais dinâmica do capital mercantil (investido no negócio negreiro), na rede fiscal da Coroa (acoplada ao tráfico afro-atlântico), na política imperial metropolitana (fundada na exploração complementar da América e da África portuguesa) e aparelho ideológico de Estado (que privilegiava a evangelização dos índios). Esse feixe de circunstâncias inviabilizava um sistema regular de intercâmbios similar ao do trato negreiro. (ALENCASTRO, 2000, p.127).**

A economia e sociedade açucareira

Segundo Boris Fausto (1996), a produção de açúcar na faixa litorânea do nordeste brasileiro representou o primeiro centro de colonização e urbanização da nova terra, servindo como núcleo central da ativação socioeconômica da região. Os grandes centros produtores da Colônia foram Pernambuco e Bahia, pois apresentavam condições favoráveis como a localização na região costeira, boa qualidade do solo e um regime de chuvas propício. Além da proximidade com os centros importadores europeus e da facilidade do transporte da produção, já que Salvador e Recife se transformaram em importantes portos.

A estrutura da produção açucareira teve tanto nas ilhas atlânticas como no Brasil uma série de características básicas da chamada economia de ***plantation***: produção em larga escala, latifúndio, trabalho escravo e monocultura de exportação. O centro da economia e da sociedade açucareira era o engenho, que abrangia as plantações de cana, os equipamentos para processá-la, as construções, a capela e os escravos. Também eram considerados parte integrante o gado, as pastagens, os carros de transporte, além da casa-grande e da senzala. De acordo com Ferlini (1988), um engenho importante contava com cerca de 80 escravos.

Como podemos observar, a instalação e o funcionamento de um engenho eram operações muito caras que só podiam ser realizadas a partir da tomada de

empréstimos por parte dos fazendeiros. Segundo Fausto (1996), durante o século XVI, boa parte da fonte de crédito era externa à colônia, com destaque para investidores flamengos (atual norte da Bélgica), italianos e da própria metrópole. Vale ressaltar que dentre os maiores pontos de importação estavam Amsterdam, Londres, Hamburgo e Gênova, os quais possuíam grande poder na definição do preço do açúcar colonial, ficando, assim, fora do controle português.

Mas como se organizava socialmente o engenho? A primeira forma de abordar a estrutura social é pelos extremos: senhores de um lado e escravos do outro. Apesar do uso de escravidão indígena no início da produção no final do século XV, em 1638 a totalidade da mão de obra nos engenhos era de escravos africanos. Assim, os escravos representavam a parte mais numerosa da força de trabalho, ficando responsáveis pelas tarefas mais pesadas e cansativas da produção de açúcar no engenho. As tarefas mais especializadas (artesão e mestre de açúcar) ficavam por conta de homens livres, brancos e libertos. A maioria dos homens livres era considerada agregada ao engenho e atuava como pequenos plantadores de cana.

Do outro lado estavam os senhores de engenho, membros de famílias de origem nobre ou com cargos importantes na administração portuguesa, comerciantes que produziam e vendiam e imigrantes com boas posses. Os senhores de engenho detinham grande poder econômico, político e social nos domínios coloniais, formando uma aristocracia de riqueza e poder. Sua dominação era enorme e ultrapassava os limites das relações de trabalho. Uma das mais clássicas descrições dessa dominação foi elaborada por Gilberto Freyre em 1933, conforme podemos observar no trecho abaixo:

> **Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal — uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão. (FREYRE, 2013, p.32-33).**

Segundo Fausto (1996), a produção açucareira conheceu uma grande expansão entre 1570 e 1620, quando sua procura na Europa crescia e não havia concorrência na produção. A partir de 1630, surge a produção de açúcar nas ilhas das Antilhas, sob o comando da Inglaterra, Holanda e França, o que diminui substancialmente os lucros proveniente do açúcar brasileiro. No entanto, vale lembrar que apesar do início do declínio da produção no final do século XVII, o açúcar continuou a figurar como importante produto de exportação da colônia.

A geografia colonial nos séculos XVI e XVII

Como vimos até aqui, a região mais importante da colônia era o litoral nordestino. No entanto, a ocupação do sudeste e do extremo norte já dava sinais de desenvolvimento. Segundo Gala (2011), a região de São Paulo era vista como território em permanente levante, pois não se encaixava no sistema sul-atlântico. Os **bandeirantes** paulistas, oriundos do fracasso da implantação do açúcar no litoral paulista, passaram a organizar expedições de aprisionamento de indígenas, especialmente em missões jesuíticas espalhadas pelo interior, a despeito das ordens régias. De acordo com Monteiro (1994, p.57), "ao longo do século XVII, colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios na condição de 'serviços obrigatórios'". No Pará e Amazonas o problema era o mesmo. Segundo Alencastro (2000), os paulistas eram antijesuíticos, antimetropolitanos e antieuropeus.

Outro aspecto fundamental na geografia colonial foi a expansão da pecuária bovina na segunda metade do século XVII. Inicialmente restrita às redondezas dos engenhos, a criação de gado foi ganhando espaço pelo sertão do norte e nordeste, ocupando gradativamente o interior da colônia. Segundo Gala (2011, p.51), a expansão bovina teve importante "papel na formação de uma classe social — interna, não litorânea, o sertanejo curraleiro — e seu estímulo à exterminação indígena." Ainda segundo o autor, "os índios, que inicialmente se apresentavam como aliados importantes, passam cada vez mais a ser um empecilho na dilatação das fronteiras agropastoris. Soma-se a isto o já mencionado problema epidemiológico e teremos tudo pronto para a via da exterminação indígena" (Ibid., p.51).

Século XVIII: sociedade do ouro e crise do sistema colonial.

Em suas constantes expedições pelos sertões, os paulistas enfim conseguiram realizar o velho sonho de encontrar metais preciosos na América Portuguesa. Foi em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, que ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. Nos próximos quarenta anos, foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730.

De acordo com Fausto (1996, p.98), a descoberta do ouro gerou a primeira grande corrente imigratória de Portugal para o Brasil. Entre 1700 e 1760, "chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros.". A presença da coroa também tentou

se fazer mais presente, com a criação de cargos e instituições administrativas régias de controle e supervisão da extração aurífera por toda a região das minas. Segundo Fausto, alguns fatores dificultaram sobremaneira a efetiva ação do governo português, como "as grandes distâncias, a corrupção das autoridades locais, a posição dessas autoridades entre a Coroa e o mundo da Colônia, os conflitos de atribuição dos funcionários" (1996, p.100).

De acordo com Coutinho (2008), mesmo com a manutenção do papel central da mão de obra escrava, a importância da mão de obra livre cresce na economia mineradora. Assim, a economia do ouro envolveu:

> a. diversificação social (coexistência de trabalho livre e escravo) e desconcentração da renda, em relação ao modelo clássico de plantation; b. ativação de núcleos fornecedores (a empresa mineradora não é autossuficiente); c. monetização da economia; d. formação de uma economia urbana e, portanto, a admissão de que existia uma razoável diferenciação de ocupações. (MONTEIRO, 2008, p.364)

Para Mello e Souza (2004), a sociedade mineira era multifacetada e plural, pois além de escravos e senhores existia uma enorme massa urbana empobrecida que não tinha acesso às riquezas produzidas; eram os desclassificados do ouro. Abandonados à própria sorte, viviam fora do alcance das instituições régias e religiosas.

O ciclo teve seu apogeu em meados do século XVIII, ultrapassando a marca de 10 toneladas de ouro extraídos no período de 1735-1739. A crescente importância da região fez com que a coroa portuguesa transferisse, em 1763 a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, principal porto de escoamento da extração aurífera e de chegada dos escravos africanos. Ao fim do século XVIII, a região já demonstrava sérios sinais de esgotamento na extração gerando revoltas populares e repressão violenta por parte da administração colonial.

A **Crise do Sistema Colonial** se alinha a uma crise de maior escopo, à do Antigo Regime na Europa. A dinâmica dessa crise pode ser compreendida a partir da análise de Novais (1993), segundo a qual

> o sistema colonial mercantilista apresenta-se atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial: efetivamente a exploração colonial ultramarina promove, por um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, amplia o

> mercado consumidor de produtos manufaturados. Atua, pois, simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto maquinofatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura dos produtos manufaturados). Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico da emergência do capitalismo." (p.104)

Assim, ao funcionar plenamente, o sistema colonial criava ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação.

ACOMPANHE NA WEB

Assistam à Palestra com Luiz Felipe de Alencastro Conversas sobre África: Escravidão e Trabalho Compulsório no Brasil

- Entre os temas abordados, destacam-se a relação entre Brasil e África na época da escravidão, com destaque para a importância do Atlântico Sul para a formação do Brasil.

Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=CY3nJOtsL6Q>.

(A palestra está entre o minuto 10:15 até o minuto 47:35, totalizando 37m20s de vídeo)

Para saber mais sobre a sociedade mineradora, assista à palestra da historiadora Laura de Mello e Souza no seminário "Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda", realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, entre 13 e 16 de setembro de 2011

- Na palestra, temos uma análise do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda sobre a atenção que ele deu à história social, política, econômica e cultural da capitania de Minas Gerais, e a florescência artística e literária em Minas Gerais durante o ciclo da mineração e o caráter ilusório da atividade mineradora.

Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=QI2EfVLfKsY>.

Tempo: 29:27

Acompanhe uma linha do tempo com os principais acontecimentos no Brasil e no Mundo

A linha do tempo é uma importante ferramenta para a localização dos fatos na régua da história.

Link para acesso: <http://www1.uol.com.br/bibliot/linhadotempo/index3.htm>.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

Com base em seus conhecimentos, cite duas características econômicas e uma característica social do América Portuguesa entre os séculos XV e XVII.

Questão 2

"O ser senhor de engenho é um título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino." (ANTONIL, 1967, p.139)

Por que podemos considerar esse comentário, escrito no século XVIII, característico da sociedade colonial brasileira?

a) o poder político, econômico e social dos senhores de engenho era garantido pela Coroa através dos laços de amizade com os nobres portugueses e o Rei.

b) a autoridade dos senhores era limitada aos seus escravos e à casa-grande, não se impondo fora desse limite.

c) as atividades econômicas dos senhores de engenho não se limitavam à produção açucareira, pois eles controlavam o comércio de exportação e o comércio de escravos africanos.

d) O posto de proprietário de grandes porções de terras e de escravos garantia o grande poder dos senhores de engenho na sociedade colonial.

Questão 3

Estão entre as circunstâncias e os fatores históricos que explicam, no caso brasileiro, a instituição da escravidão mencionada acima, exceto:

a) a importância econômica que representava, desde o início do século XV, o comércio de escravos africanos como fonte de lucros aos comerciantes bem como à própria Coroa portuguesa.

b) a inexistência nos princípios religiosos católicos e na legislação da metrópole de qualquer proibição à escravização de africanos.

c) a mansidão e aceitação dos trabalhadores africanos, acostumados à condição escrava nas selvas africanas, onde tribos subjugavam outras por meio das guerras.

d) o caráter mercantilista da exploração colonial, que favorecia o emprego de uma mão de obra igualmente interessante – enquanto mercadoria – ao comércio metropolitano.

Questão 4

Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz - os escravos africanos. (FAUSTO, 1996, p.14)

Neste trecho encontra-se a busca pelos escravos africanos como algo de interesse dos europeus. Vimos que esta busca esteve ligada a suprir as necessidades de mão de obra. Explique os motivos da escolha pela mão de obra de origem africana.

Questão 5

No Brasil colonial, além da produção açucareira escravista, existiram outras atividades econômicas importantes, como, por exemplo, a mineração do século XVIII, que era também uma atividade voltada para o comércio externo. Caracterize a mineração em termos de organização do trabalho e desenvolvimento urbano e cite uma atividade econômica do Brasil colonial que não era voltada para o comércio externo.

FINALIZANDO

Neste tema você compreendeu a importância do Atlântico Sul e do comércio escravista transatlântico para a formação econômica, social e política do Brasil. A consolidação do escravismo colonial gerou uma sociedade extremamente desigual, onde o africano escravizado estava, praticamente todo o tempo, na base do sistema produtivo. Tanto no sistema de produção açucareiro no litoral nordestino, como na extração de metais e pedras preciosas nas Minas Gerais, a mão de obra escrava era maioria. Também aprendemos que a crise do sistema colonial brasileiro ocorre muito mais por influência de transformações externas do que por problemas estruturais. Prova disso será a manutenção da estrutura social e econômica no Brasil pós-independência, como veremos no próximo tema.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís F. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. *Escravidão e trabalho compulsório no Brasil*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QI2EfVLfKsY. Acesso em: 13/03/2014.

ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por Alice Canabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

COUTINHO, Mauricio C. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. *Nova econ*. [online]. 2008, vol.18, n.3, p. 361-378. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/neco/v18n3/a02v18n3.pdf. Acesso em: 13/03/2014.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52ª edição. São Paulo: Global, 2013.

GALA, Paulo. Formação do Brasil no Atlântico Sul. In: REGO, Jose M.; MARQUES, Rosa M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 25-57.

_____; REGO, José M. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. In: REGO, Jose M.; MARQUES, Rosa M. (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p.58-72.

Monteiro, John M. *Negros da Terra*: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. *A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial* (séculos XVI-XVIII). 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FERLINI, Vera L. *Terra, trabalho e poder*: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELO E SOUZA, Laura. D*esclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *A mineração e a sociedade movediça*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QI2EfVLfKsY. Acesso em: 13/03/2014.

GLOSSÁRIO

Capitanias hereditárias: Primeira forma sistemática de ocupação colonial lançada pela Coroa Portuguesa. Nesse sistema político, indivíduos particulares recebiam o direito de administrar grandes extensões territoriais, com a obrigação de povoamento e exploração econômica, além de controlar o governo, a justiça e o comando militar.

Plantation: Essa forma de organização econômica foi dominante nas Américas durante o período colonial. O sistema de plantation tem como características básicas a grande propriedade de terra (latifúndio), a grande utilização da mão de obra escrava e a cultura em larga escala de apenas um produto (monocultura) voltada para o mercado externo, normalmente a Europa.

Jesuítas: Padres membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada em 1534. Os padres da Companhia de Jesus chegaram ao Brasil juntamente com a missão colonizadora de Portugal na década de 1540. Inicialmente, a missão era de catequização dos nativos da terra. Ao longo da colonização, os jesuítas passaram a ter grande controle sobre a educação na colônia e um papel significativo na defesa ideológica da escravização dos africanos.

Bandeirantes: As bandeiras foram expedições que se lançavam pelo sertão, por meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. [...] As bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Os paulistas construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena. (FAUSTO, 1996, p.95-97).

Crise do sistema colonial: A partir de 1789, a Revolução Francesa pôs fim ao Antigo Regime na França, o que repercutiu em toda a Europa. Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra a Revolução Industrial. [...] Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais. [...] O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão. (Id. Ibid., p.108-109).

Estrutura e Dinâmica do Brasil Imperial

POR DENTRO DO TEMA

Estrutura e Dinâmica do Brasil Imperial

Este tema irá esclarecer a organização política e econômica do Brasil no século XIX. Primeiramente, é necessário compreender a economia brasileira no chamado **liberalismo no Brasil** (1808 a 1850). No final do século XVIII, iniciou-se um processo de superação do capitalismo comercial (visto por você no Tema 1) com a consolidação do capitalismo industrial. Nesse processo, a Inglaterra ganha destaque e defende não só o livre comércio, como a libertação das colônias ibéricas e o fim da escravidão.

A força imposta pela Inglaterra leva Portugal a uma submissão política e econômica que se materializa, em 1810, no **Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra**. A partir de 1815, houve uma ampliação do fluxo de comercialização dos produtos brasileiros com outros países da Europa, como a França e pode-se desta forma observar o início das movimentações que culminarão na independência do Brasil em 1822. O aumento nas despesas com importação, o tráfico de escravos e a abertura comercial gera muitos déficits que acabam sendo supridos com empréstimos públicos. Tal situação gera uma grande dívida externa que se intensifica com os juros.

Mesmo com a independência do Brasil é mantida uma relação de servilismo econômico nas suas relações com a Inglaterra e com outros países mais ricos. O país vai assumindo uma política liberal, mas com características próprias.

> Além de uma política liberal que ajudará a inviabilizar a produção industrial interna, o império brasileiro recém-emancipado assume com a Inglaterra uma dívida, que era na origem portuguesa, de dois milhões de libras, mantendo-se

> atrelado ao sistema bancário internacional desde então, com seguidos empréstimos tomados pelo império, principalmente, na Inglaterra. (BOCCHI, 2011, p. 77)

O governo central do país foi quem garantiu um retorno dos investimentos Ingleses, ainda que nem sempre fossem empréstimos do setor público.

Retomando a análise da economia brasileira no século XIX, encontramos a difícil situação de ter como bases a exportação do açúcar e algodão, diante da forte concorrência. As mudanças na economia foram lentas, e só começaram a ocorrer a partir do século XVIII, período em que outra atividade passou a interessar a metrópole substituindo assim, a produção açucareira em crise: a mineração. Com algumas técnicas diferenciadas, tornou-se uma atividade parecida com a agricultura, pois se valeu da exploração em larga escala, em que as grandes unidades eram trabalhadas por escravos (HOLLANDA, 2004, p. 228-258). A mineração deixou disponíveis alguns fatores positivos que puderam ser utilizados posteriormente pelos cafeicultores como, estradas (ligavam Minas Gerais aos portos do Rio de Janeiro, Parati e Angra dos Reis), e meios de transporte (tropas de mulas, que poderiam inicialmente transportar o café até os portos).

A afirmação de Prado Jr. (2004) de que a agricultura é "o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia (...) e a ela se deve a melhor porção de riqueza" representava bem a realidade brasileira da época. Pois, quando a mineração começou a declinar, a agricultura voltou a ganhar prestígio e conseguiu reassumir o cenário de exportação com a produção do café.

Segundo Costa (1999) desde que se consolidou a Independência do Brasil (1822) foi solicitado pela Inglaterra um tratado que estipulasse em breve tempo o fim do tráfico negreiro. Arrastado e modificado diversas vezes em 1845 a Inglaterra transforma o projeto sobre o tráfico brasileiro em lei, o **Bill Aberdeen**. Assim, o governo inglês estava autorizado a mandar proceder por qualquer tribunal o julgamento de embarcações brasileiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas nos mares pelos navios britânicos.

No entanto, ainda se passaram cinco anos para que uma lei de extinção do tráfico fosse elaborada. **Eusébio de Queirós** adotou o sistema de "carretilhas" em que a proposta total era desmembrada em projetos parciais, os quais não deixavam claro o sentido global. Depois de muitas divergências entre os conservadores e os liberais, o projeto é transformado em lei no dia 4 de setembro de 1850. Começou então, a vigilância da Inglaterra e do Partido Liberal no Brasil para que a lei fosse cumprida. Os anos passaram e acirrou-se a disputa pelo poder entre Liberais e

Conservadores. Editou-se a lei do Ventre Livre, a dos Sexagenários e em 1888 "com a constituição de um novo ministério, tirado da dissidência", o Partido Conservador não podia mais rejeitar a abolição, pois significaria o insucesso que poderia levar a queda do partido.

Sob essas condições é que o Brasil optou pela abolição apesar de ainda existirem grandes controvérsias entre os diferentes grupos da sociedade sobre o assunto. Com a Lei Euzébio Queiroz, que determinou o fim do tráfico de escravos em 1850, sabia-se que a escravidão estava com os dias contados.

A **Revolução Industrial** também foi outro fator que condenou o sistema escravista, pois a emancipação dos escravos estava diretamente ligada ao ritmo de transformação do sistema colonial de produção.

A questão escravista só começou a mudar de fato a partir de 1870. O sistema escravista já havia desaparecido em outras áreas do mundo, e houve uma pressão para que acontecesse a abolição no Brasil. Em 1865, não se tinha mais escravidão nos Estados Unidos, em 1873, aboliu-se em Porto Rico e em 1880, em Cuba, o que aumentava a pressão para que o Brasil não se valesse mais do trabalho escravo.

O latifúndio escravista impedia o próprio desenvolvimento da pequena propriedade. As grandes propriedades escravistas acabavam afastando as correntes de imigração estrangeira. Os imigrantes iam para outros países onde pudessem ter perspectivas econômicas mais promissoras. No Brasil, muitas regiões ainda não estavam de fato povoadas e as estradas eram muito precárias, ficando muitas vezes as áreas povoadas isoladas umas das outras, o que afastava ainda mais a corrente de imigração. Posto isso, fica evidente a dificuldade de se desenvolver uma economia de mercado e manutenção da estrutura econômica colonial que se permaneceu por muito tempo. A economia brasileira diante das circunstâncias impostas pelo latifúndio, monocultura, sistema escravista permaneceu submetida ao sistema colonial, mantendo-se com os produtos agrícolas.

Para mudar esse cenário seria necessário que se abolisse a escravidão até mesmo para se estabelecer um mercado consumidor. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista, composto em sua maioria por fazendeiros de café do Oeste Paulista, aprovou em 1887 um parecer decidindo que os republicanos libertariam seus escravos até 14 de julho de 1889. Acompanhando o cenário econômico do Brasil, depois da crise da mineração e com o surgimento da livre concorrência, a produção agrícola brasileira voltou-se para um novo produto a ser exportado: o café. As limitações do modelo agrário exportador não demoraram a surgir e influenciar o mercado. A larga produção e a utilização de poucas técnicas geraram, num período não muito tardio, a crise cafeeira. Como o produto destinava-se à exportação, o crescimento ou a estagnação da nossa economia dependiam da evolução do mercado internacional.

Os produtores de café para se manterem precisaram se adaptar às mudanças impostas no fim do século XIX e início do XX, principalmente, com a abolição da escravatura em 1888. A mão de obra tornou-se uma grande preocupação. Agravou-se tal situação com a medida tomada pelo Governo Central, nesse final de século XIX, com relação à imigração, pois transferiu a responsabilidade de sua promoção aos estados, se abstendo do financiamento da mesma. Conforme o interesse das províncias cada uma fazia seus investimentos. Como a imigração era necessária para a lavoura os que mais investiram foram os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Sul do país. Uma vez que os maiores produtores de café foram São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, que além da produção cafeeira, se destacaram também no âmbito da política nacional.

> **Com a Proclamação da República, visando dinamizar a vinda de imigrantes europeus, tentou-se pôr a colonização e imigração debaixo da tutela dos Estados, obedecendo aos desígnios do federalismo que considerava o poder central incompetente para atender às necessidades regionais e locais. Estados com recursos suficientes para atrair imigrantes lucraram com essas medidas, como é o caso de São Paulo (PETRONE, 2004, p. 97).**

A imigração nesse contexto acabou sendo feita pelos próprios cafeicultores, e a produção cafeeira deu um grande salto, "a produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-1881 para 5,5 em 1890-1891, alcançaria em 1901-1902 16,3 milhões" (FURTADO, 1997, p. 195).

Cabe ressaltar que a evolução econômica da segunda metade do século XIX foi interrompida pela Guerra do Paraguai (1865-1870). Segundo Bocchi (2011), tal vitória teve um alto custo econômico que acabou por desequilibrar as finanças do país pelos 20 anos restantes. Assim, aumentaram-se os empréstimos externos dificultando ainda mais a consolidação de um sistema monetário estável.

Percebemos que a expansão da cultura cafeeira coincidiu exatamente com a crise do sistema escravista. Segundo Costa (1999), para agravar o problema da falta de mão de obra a maior parte dos imigrantes ia para os Estados Unidos pelas condições favoráveis que encontravam por lá. O Brasil não oferecia boas condições aos imigrantes: lendas, clima diferenciado, escravidão, a religião católica era a religião oficial do Estado, economia subdesenvolvida, tipicamente rural e latifundiária, com poucas vias de comunicação e transporte. Dos que vieram para o Brasil entre os anos de 1870 e 1900, a maioria foi encaminhado às lavouras de café para trabalhar no lugar dos escravos.

Para solucionar a necessidade de mão de obra nas lavouras, o método adotado

para a promoção da imigração durante o império foi uma política demográfica que acabou por criar núcleos coloniais de povoamento e não resolveu o problema. A fim de garantir a mão de obra dos imigrantes nas fazendas os fazendeiros estabeleceram o sistema de parceria,

> [...] de acordo com essa concepção, importava, antes de tudo, atender às solicitações da grande lavorassem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país (HOLANDA, 2004, p.246).

Este, no entanto, não obteve sucesso e assim que os imigrantes pagavam suas dívidas abandonavam as fazendas.

Mesmo com as dificuldades para se conseguir mão de obra, e todos os problemas enfrentados na transição do trabalho escravo para o livre a economia cafeeira prosperou. Foi ela que mais tarde acabou por impulsionar um pequeno desenvolvimento industrial no país, principalmente no Estado de São Paulo (o que se deveu em grande parte vinculado ao capital estrangeiro por meio de empréstimos).

É da Zona Oeste Paulista que sai, entretanto, a maior parte de capitais para a industrialização de São Paulo. Os bons preços e depois a proibição de novas plantações de café (1902) permitem a aplicação do numerário em outros ramos além da lavoura.

Temos que considerar também que as novas condições que foram surgindo no início da República eram favoráveis ao processo de industrialização, como: a mão de obra livre, elevação do preço de mercadorias importadas, mercado de consumo interno em expansão e mesmo algumas facilidades para a importação de materiais necessários a indústria.

Mas esse processo de surgimento da industrialização não foi uniforme no território nacional. Foi mais forte no estado paulista que manteve também a maior produção de café e, portanto, a riqueza necessária para financiar a indústria.

O cenário econômico do Brasil na época foi descrito como capitalismo tardio que:

> [...] se desenvolve e avança com o processo de industrialização a partir de uma relação contraditória com o setor agrícola, voltado para o mercado externo e responsável pelo ingresso de divisas no país (BOCCHI, 2011, p. 91).

Dessa forma, as indústrias que se desenvolvem inicialmente no país são as de bens de consumo, sendo os bens de capital importados.

ACOMPANHE NA WEB

Os protagonistas

- Leia o texto de Marcus J. M. de Carvalho, Os protagonistas, para compreender as mudanças na historiografia com o passar do tempo e a inserção dos escravos como protagonistas do processo de superação da escravidão. O texto permite refletir o presente e aponta a importância do protagonismo popular na construção da nossa história.

Link: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-protagonistas>. Acesso em: 30 mai. 2016.

Abolição da Escravidão

- Para saber mais sobre a abolição da escravidão assista este programa especial produzido pela TV Senado. Nele, você vai poder visualizar o cenário em que o negro estava inserido no contexto brasileiro e visualizar todos os movimentos e ações que possibilitaram a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mJigmWT0SgQ>. Acesso em: 30 mai. 2016.

Tempo: 27:36

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

A Independência do Brasil, em 1822, foi considerada, por muitos autores, o fim do domínio português. Relembre o período pós-independência e responda: quais

foram as mudanças e continuidades no contexto político e econômico durante o Primeiro Reinado?

Questão 2

Durante o período do Império tivemos uma mudança na economia brasileira, o monopólio foi transferido de Portugal para a Inglaterra e outros países europeus. Descreva os motivos que levaram a esse contexto.

Questão 3

Na literatura brasileira, encontramos diversos autores que traduziram muito bem a luta contra a escravidão, dentre eles o destaque para Castro Alves que foi reconhecido como o "poeta dos escravos". Considerando o século XIX e as ações que culminaram no fim da escravidão no Brasil, é correto afirmar que:

a) Os escravos não representavam mais a mão de obra principal do império, restringindo-os as bases da economia colonial.

b) A abolição em 1888 foi precedida de discussões na sociedade e incorporação de medidas que inserissem os libertos na estrutura política e econômica do país de forma amplamente participativa.

c) Não houve um processo gradual de abolição da escravidão as ações datam somente os anos que antecedem a abolição.

d) A abolição da escravidão foi aceita junto de restrições quanto à participação na política do país.

Questão 4

No Brasil, podemos acompanhar uma grande expansão na produção do café no século XIX, sobre esse processo podemos afirmar que:

a) Coincidiu com a expansão da produção de cana-de-açúcar.

b) Foi produzido junto ao auge da extração de pedras preciosa e metais.

c) Tornou-se durante o Segundo Reinado o principal produto agrícola brasileiro.

d) Foi amplamente cultivado na região nordeste do Brasil.

Questão 5

O liberalismo possui como base de sua doutrina, que os homens nascem com direitos inalienáveis, como o direito à vida, a liberdade, à igualdade, à propriedade. No entanto, no Brasil o liberalismo, no início do século XIX, assumiu características diferentes e se conciliou inclusive com o regime de escravidão. Quais são as características do liberalismo no Brasil?

FINALIZANDO

Neste tema você compreendeu que no final do século XVIII iniciou-se um processo de superação do capitalismo comercial com a inserção do capitalismo industrial. Evidenciou-se o papel da Inglaterra, que ao pressionar Portugal conseguiu ampliar o fluxo de comercialização dos produtos brasileiros e a monopolização sobre a comercialização com o Brasil.

Percebeu que com a abertura dos portos brasileiros houve o aumento nas importações e da dívida externa que foi se acentuando ao logo do século XIX. Tal contexto acabou por inviabilizar uma produção industrial interna. Observou as dificuldades da economia brasileira para manutenção das bases de exportação centradas no açúcar e algodão devido à grande concorrência. Assim, inicia-se o chamado "ciclo do ouro" com a exploração de pedras preciosas e metais.

Com a decadência desta exploração há um retorno para as atividades agrícolas com a produção de café. Esta produção precisou se adaptar as mudanças impostas no final do século XIX e no início do XX que foi a abolição da escravatura em 1888. A mão de obra tornou-se uma preocupação e foi necessário investir na imigração.

Mesmo com as dificuldades a produção cafeeira prosperou e impulsionou mais tarde um lento e pequeno desenvolvimento industrial no Brasil, principalmente em São Paulo que foi a maior produtora do café.

REFERÊNCIAS

BOCCHI, João Ildebrando. Século XIX: Renascimento Agrícola, Economia Cafeeira e Industrialização. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 73-97.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Os protagonistas.* Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-protagonistas> Acessado em: 8 abr. 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República:* momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999.

FERNÁNDEZ, Ramón García. A crise do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p.98-110

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2004, p. 185.

IGLESIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 228-258.

_____. As colônias de parceria. In: BORIS, Fausto (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: O Brasil Monárquico – reações e transações. *Tomo II,* vol. 3, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PETRONE. Maria Tereza Schorer. Imigração. In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930), *Tomo III,* 2. v. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004.

TV SENADO. 13 de maio de 1888, Abolição da Escravatura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJigmWT0SgQ> Acesso em: 8 abr. 2014.

GLOSSÁRIO

Bill Aberdeen: lei aprovada em 1845 pela Inglaterra, que determinou o direito de aprisionar navio negreiros (utilizados para transporte de escravos do continente africano) e de proceder julgamento aos comandantes. Esta foi uma das medidas que iniciaram a pressão para o fim do regime de escravidão (COSTA, 1999).

Eusébio de Queirós: lei advinda de uma mudança na legislação escravista brasileira em 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. É mais uma lei com o objetivo de acabar com o tráfico de escravos (COSTA, 1999).

Liberalismo no Brasil: se deu no início do século XIX, e se intensificou a partir da independência em 1822. Segundo Costa (1999), no contexto brasileiro, os interessados foram os grandes proprietários de terras e senhores de escravos que desejam se libertar do domínio de Portugal e usufruir do livre comércio. Mas os ideais clássicos do liberalismo não estiveram presentes no Brasil, na verdade a defesa era em prol dos interesses comerciais e a manutenção da exploração do trabalho (COSTA, 1999).

Revolução Industrial: na Inglaterra com o desenvolvimento de indústria têxtil e ascensão econômica dos comerciantes burgueses, se configurou as mudanças nos métodos de produção que passaram de artesanais para as máquinas, com a utilização do carvão. Foi um marco na consolidação da economia capitalista. Num cenário mais geral, tiveram-se os detentores dos meios de produção (donos das máquinas e fábricas) e os operários (vendiam sua força de trabalho). De acordo com Karl Marx, a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra integra o conjunto das "Revoluções Burguesas", do século XVIII, que propiciaram a passagem do capitalismo comercial (estudado no TEMA 1) para o industrial (IGLESIAS, 1986).

Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra: proporcionou aos ingleses a dominação na comercialização do mercado brasileiro, eliminando a concorrência, uma vez que as tarifas de importação para as mercadorias inglesas passam para 15%, menor até mesmo que as tarifas dos produtos portugueses. O que levou o comércio e a navegação dos portugueses a serem "praticamente excluídos do Brasil" (BOCCHI, 2011).

O Fim do Século XIX no Brasil: Transformações em Curso

POR DENTRO DO TEMA

O Fim do Século XIX no Brasil: Transformações em Curso

Como visto no tema anterior o século XIX no Brasil foi marcado por grandes mudanças, nas áreas política, social e econômica. Com todas as dificuldades na concorrência de produção do açúcar e algodão e o fim do chamado "ciclo do ouro", a economia brasileira se apoiou na produção do café. Mas, justamente neste momento, tivemos a transição da mão de obra de escrava para livre e a necessidade de se conseguir pessoas para trabalharem nas plantações de café.

A formação da economia cafeeira se organizou com uma nova classe empresária que se articulava na comercialização do café nos portos, na aquisição de terras, na organização da produção e na busca por mão de obra. Ainda na primeira metade do século XIX o café se tornou o principal produto de exportação e fez com que seus produtores, a partir de um grande poder econômico, iniciassem a participação na política do país.

Como foi destacado no tema 3, com o fim do tráfico negreiro a produção cafeeira precisou buscar alternativas para manter a produção crescente. Tal situação se agravou, pois fez com que o preço dos escravos subisse ainda mais, estabelecendo um mercado interno de escravos da região nordeste para a região sul do país. Essa situação gerou a necessidade de se trazerem imigrantes para trabalharem, mas, com mudanças na política de imigração, pois da forma como vinha acontecendo, voltada para o povoamento, não supria a demanda dos produtores de café.

É neste momento que se tem uma modificação quanto à aquisição de terras públicas. A Lei de Terras, de 1850, proibiu a aquisição de terras públicas senão por meio da compra e revalidou as **Sesmarias** concedidas até 1822. Assim, as terras sem donos poderiam ser comercializadas pelo governo, que, com a arrecadação, poderiam arcar com os custos de medição das terras e financiar a imigração.

Segundo Costa (1999), a lei de terras no Brasil em 1850 ao decretar que só poderiam adquirir terras aqueles que as comprassem, mudou a atitude com a relação às terras e incentivou o ideal da mudança do trabalho escravo para o livre. Dentro dessa proposta, o dinheiro arrecadado pelo Estado deveria servir também para subsidiar a imigração. Essa postura acabou gerando conflitos, pois se posicionava contrária aos interesses dos fazendeiros que plantavam café e priorizavam a escravidão.

Neste impasse, segundo Vignoli (2011, p. 115)

> A Lei nº 601, aprovada em 1850 e regulamentada em 1854, incorporou todas as sugestões que atendiam diretamente aos anseios da nova classe dirigente que se configurava. O artigo 1º, que vedava a aquisição de terras devolutas por qualquer título que não o da compra, o artigo 18, que autorizava o governo a trazer imigrantes para ser empregados em estabelecimentos agrícolas ou para formar colônias, assim como o artigo 19, que estabelecia que o produto das vendas seria destinado à demarcação das terras devolutas e à importação de colonos.

A Lei de Terras acabou por servir aos interesses dos produtores de café, uma vez que, ao trazer os imigrantes condicionados a adquirirem terras por meio da força do seu trabalho, tornou-os a mão de obra necessária à produção cafeeira.

O método adotado para a promoção da imigração durante o império foi uma política demográfica que acabou por criar núcleos coloniais de povoamento e não resolveu o problema. A fim de garantir a mão-de-obra dos imigrantes nas fazendas, os fazendeiros estabeleceram o Sistema de Parceria, em que, segundo Costa (1999), os custos do transporte do imigrante europeu, até as fazendas no Brasil, eram pagos pelo fazendeiro. Os imigrantes pagavam as despesas com trabalho, que consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, e entregavam ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços).

> De acordo com essa concepção, importava, antes de tudo, atender às solicitações da grande lavorassem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país (HOLLANDA, 2004, p. 246).

No entanto, tal modelo de imigração, não obteve sucesso e assim que os imigrantes pagavam suas dívidas abandonavam as fazendas.

> Por volta de 1860 o sistema de parceria tendia a ser abandonado, aparecendo em muitas fazendas a locação de serviços, para depois surgir uma nova forma de contrato, que perdurou durante muito tempo e pelo qual a renda do colono provinha de uma soma fixa para cuidar de mil pés de café e, além disso, recebia uma soma determinada por alqueire de café colhido. Continuava, pois, o colono diretamente interessado no volume da colheita embora em menor escala do que no sistema de parceria. (PETRONE, 2006, p.275)

Muitos eram os motivos que os levava a deixar as fazendas, dentre eles, a não adaptação ao clima, pouco lucro obtido, distância entre as fazendas e os centros urbanos, o árduo trabalho das lavouras de café e a dificuldade dos fazendeiros para aceitar os padrões de comportamento dos trabalhadores livres. Soma-se a estes fatores o fato de que os colonos começavam a trabalhar muito endividados, o que lhes impedia de buscar trabalho extra, intensificando os conflitos entre fazendeiros e colonos. Como não conseguiam saldar as dívidas iniciaram-se as rebeliões, determinando o insucesso do Sistema de Parcerias.

Cabe analisar que o modelo de imigração na região do Rio Grande do Sul, a partir de 1975, se estabeleceu de forma diferente. Segundo Vignoli (2011), a produção não se centrava no café, o imigrante se fixava em pequenas propriedades rurais, com a produção voltada ao abastecimento do mercado interno e mais tarde tornou-se uma importante região vinícola. Tal modelo serviu como atrativo para que os paulistas conseguissem atrair imigrantes para a produção cafeeira, como se observa na análise de Caio Prado (apud VIGNOLI, 2011, p. 121)

> Neste sentido, a colonização serviu como instrumento de propaganda no aliciamento de imigrantes para a lavoura cafeeira paulista, como indicam os frequentes conflitos oriundos na insatisfação de imigrantes que se viam transportados para São Paulo quando, na realidade, desejavam dirigir-se para os núcleos coloniais das províncias sulinas.

No final do século XIX, o Estado assumiu o financiamento da imigração, seu recrutamento, transporte e distribuição dos trabalhadores. Tal postura atrelada diretamente ao atendimento das demandas dos produtores cafeeiros por mão de obra e possibilitou que o fazendeiro se beneficiasse de recurso público. A abundância de trabalhadores gerava ainda a possibilidade de adquirir novas fazendas ampliando as terras e a produção. Essa configuração acabou por privilegiar o estado de São Paulo, uma vez que esse era o maior produtor de café do país.

O cenário se configurou em uma enorme expansão da produção de café e consequentemente baixou o preço do produto, o que gerou a primeira crise de superprodução, no início do século XX. Lembrando que neste período a **elite cafeeira** assumiu a política do país.

José Murilo de Carvalho (1981) que discutiu a organização das elites políticas brasileiras no período imperial observou a composição da elite e as formas de tentarem se homogeneizar, não deixou de ressaltar a diferença na composição das elites políticas. Destacou a clara influência da colônia portuguesa na caracterização da elite brasileira e na natureza do processo político brasileiro, enfatizando o papel das elites políticas na própria construção do Estado brasileiro. A burocracia como vocação de todos é um ponto importante para se caracterizar o papel da elite e buscar compreender a relação desta com os proprietários rurais. O estudo sobre a composição da elite brasileira destacou seu caráter de exclusão, pois se tratava de uma pequena parcela da população que tinha acesso ao ensino superior. Assim, constituiu-se a educação, no elemento unificador da política imperial. “A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. O autor chegou a afirmar que havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais. A unificação da elite foi intensificada no fato dos juristas brasileiros serem formados na Universidade de Coimbra, pois, além do contato com os portugueses, eles estavam concentrados numa mesma universidade e adquiriam um discurso bem próximo uns dos outros. Além do fato de serem poucos os que tinham condições financeiras para realizar tal estudo em Portugal. Ou seja, a elite brasileira era basicamente formada pelos magistrados influenciados pelo mercantilismo e absolutismo português, e não se fazia representativa da população do país. Os representantes da oligarquia tinham, portanto, um traço em comum: o bacharelismo. Depois de formados, atuavam como deputado ou senador e defendiam os interesses agrários.

A elite cafeeira que assumiu a política foi responsável por medidas de valorização do café. Uma delas foi o Convênio de Taubaté, firmado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que, conforme Furtado (2004), consistiu em medidas que visavam o equilíbrio entre a oferta e a procura, uma vez que o governo intervia adquirindo a produção excedente, com recursos advindos de empréstimos no estrangeiro. A amortização dos juros seria cobrada por meio de um novo imposto sobre a saca do café exportado e seriam criadas políticas de limitação à expansão das lavouras cafeeiras. O resultado foi a garantia do lucro dos produtores, que com tal ação continuaram a produzir o café em larga escala, pressionando, assim, o aumento nos empréstimos.

Com a **1ª Guerra Mundial**, o cenário da produção do café no Brasil tornou-se bastante desfavorável, uma vez que diminuiu a exportação do produto e minimizou a imigração para o país. Foram então intensificadas as ações do governo para

aumentar ainda mais a valorização do café. Este contexto gerou um aumento na produção, e levou, como apontou Vignoli (2011, p. 131) a ocorrência de três fatores,

> 1. os preços das sacas de café atingiram níveis elevados no período, apresentando um crescimento entre 1919 e 1930 de quase 87%;
> 2. a produção do café cresceu de maneira acentuada, principalmente em relação ao período anterior; e
> 3. a imigração cresceu consideravelmente tanto para o país como para o Estado de São Paulo, associada ao grande aumento especulativo da cafeicultura.

Em 1930, vivenciou-se uma grande crise na produção e busca de incentivo da industrialização, para superação dos problemas econômicos do país.

O período de produção do café gerou mudanças na sociedade do país e diferenciou o comerciante de café dos demais comerciantes, uma vez que incluiu este comerciante no processo de financiamento da produção cafeeira, tornando os fazendeiros muito dependentes destes comerciantes. Destaca-se ainda que os comerciantes precisavam trabalhar nos portos, ou seja, distantes dos fazendeiros, exigindo o estabelecimento de uma relação de confiança entre eles. Segundo Marques e Rego (2011), o comerciante tornou-se o banqueiro das produções de café, ganhando uma comissão a cada venda. Foi estabelecido um comércio comissário em que o comissário concedia empréstimos aos fazendeiros, uma vez que obtinham crédito junto aos bancos com maior facilidade e estavam mais próximos fisicamente dos mesmos (existiam poucos bancos no Brasil).

As mudanças econômicas ocorridas entre o fim do século XIX e início do século XX contribuíram para modificar os traços fundamentais da sociedade brasileira da época. Além do fim da escravidão, já destacado, houve o surgimento gradativo de classes sociais e a intensificação da imigração estrangeira. O crescimento dos centros urbanos despontava como fator de possível alteração dessa composição social.

O período da **Primeira República** esteve, portanto, marcado pelo início destas mudanças, e, aos poucos, passou de um sistema exclusivamente agroexportador para um sistema urbano-industrial. Esta mudança, em meados do século XX, foi possível devido à produção de café. Suas formas de produção e sua comercialização acabaram por definir também todo o contexto político da época. A ligação entre o café e a industrialização será discutida no tema 5.

ACOMPANHE NA WEB

Invasão dos "rudes"

• Leia o texto de Alexandre Belmonte, Invasão dos "rudes" é muito interessante observarmos a realidade vivida pelos imigrantes que chegavam no Brasil, no século XIX e início do XX.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/invasao-dos-rudes>. Acesso em: 8 maio 2014.

Histórias da cidade de São Paulo - O café no oeste paulista

Para saber mais sobre a História do século XIX, assista ao programa, em que Marco Antônio Villa discute a produção cafeeira, as transformações econômicas, o impacto político e o desenvolvimento da expansão ferroviária. O programa faz uma viagem ao tempo e remonta a história por meio de entrevistas e visitas aos locais, o que o torna o aprendizado muito interessante.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2O9sqvX3mls>. Acesso em: 8 maio 2014.

Tempo: 26:58.

O cativeiro da terra

• Para conhecer um pouco mais sobre a Lei de Terras (1850) e a transição do trabalho escravo para o livre no Brasil, assista ao vídeo em que o sociólogo José de Souza Martins fala sobre a nova edição da sua obra "O cativeiro da terra", um clássico sobre o tema.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=spgf9mQkJCM&list=WLE91FAEAD9BB75344>. Acesso em: 8 maio. 2014.

Tempo: 09:39.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

O período do Segundo Reinado no Brasil foi marcado por muitas mudanças na sociedade brasileira, elenque, no mínimo duas dessas mudanças.

Questão 2

Sobre o período da segunda metade do século XIX no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) Ocorreu a formação de um forte mercado interno que ligava as diferentes regiões do país.

b) As terras continuaram sendo transferidas, sem custos, para aqueles que a ocupassem.

c) Houve a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes, nas lavouras de café.

d) Aconteceu a inclusão social do índio e sua inserção como mão de obra na produção do café.

Questão 3

Sobre o processo de imigração no Brasil no século XIX, assinale a alternativa correta:

a) A partir de 1888 com a abolição da escravidão, a imigração deixou de ser estimulada devido ao grande número de libertos que foram trabalhar nas lavouras.

b) A imigração no final do século XIX contribuiu diretamente com a produção açucareira, base da economia na época.

c) O principal objetivo do processo de imigração foi "branquear" a população do Brasil.

d) O processo de imigração no Brasil não ocorreu uniformemente, assim os imigrantes da região de Santa Catarina encontraram uma realidade diferenciada dos imigrantes que foram trabalhar nas lavouras de café na região de São Paulo.

Questão 4

Baseado em seus conhecimentos prévios, descreva como se deu a Proclamação da República, ou seja, quais elementos culminaram no nascimento da República no Brasil.

Questão 5

Para que a produção do café fosse mantida no final do século XIX e início do XX, o governo interviu com muitas medidas protecionistas. Dentre essas medidas, firmou-se o Convênio de Taubaté. Qual foi sua proposta e quais os resultados para a economia da época?

FINALIZANDO

Neste tema, você acompanhou as mudanças no cenário econômico, político e social no Brasil do final do século XIX. A economia cafeeira não só se consolidou, como projetou os produtores de café na liderança política do país. Como você viu, a Lei de Terras, em 1850, ao definir que só poderiam adquirir terras quem as comprasse, mudou a relação com a terra e incentivou a mudança do trabalho escravo para o livre, servindo para subsidiar a imigração. Neste período, a elite cafeeira foi ganhando força no espaço político e buscou intensificar as medidas de valorização do café e de sua produção. Dessa forma, o dinheiro arrecadado com a venda das terras pertencentes ao governo serviu para financiar a vinda de imigrantes para o Brasil. Posteriormente, houve um financiamento da produção, uma vez que conseguiram que o governo comprasse as sobras da produção mantendo o café valorizado, tal situação se estendeu durante toda a Primeira República (1889-1930).

REFERÊNCIAS

BELMONTE, Alexandre. *Invasão dos "rudes"*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/invasao-dos-rudes>. Acesso em: 19 mar. 2014.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad: Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreira Pinto Cacais, Renzo Dini, João Ferreira. 11. ed., v. I. Brasília: Editora UNB, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981.

_____. *Cidadania no Brasil* – o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, E. Viotti da. *Da monarquia à república*. 7.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: BORIS, Fausto (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira:* O Brasil Monárquico – reações e transações. Tomo II, vol. 3, 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. A economia cafeeira. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 135-143

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro na terra.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=spgf9mQkJCM&list=WLE91FAEAD9BB75344>. Acesso em: 27 mar. 2014.

PETRONE. Maria Tereza Schorer. Imigração. In: BORIS, Fausto (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: O Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930), Tomo III, 2. vol. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

UNIVESPTV. *Histórias da História de São Paulo* - O café no oeste paulista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2O9sqvX3mIs> Acesso em: 18 mar. 2014.

VIGNOLI, Francisco. A imigração e a Formação do Mercado de Trabalho. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 111-134.

GLOSSÁRIO

Sesmarias: Foi um instituto de Portugal que determinava a distribuição de terras para a produção. Com a colonização do Brasil foram doadas terras aos portugueses que desejassem produzir, ou seja, o que se exigia era o cultivo da terra por um prazo determinado. Como até a criação da Lei de Terras não houve legislação que regulasse o acesso à terra, as posses aumentaram consideravelmente até a criação desta lei, mantendo grande parte das terras nas mãos de poucos donos.

Terras Devolutas: De forma simplificada são propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular, mesmo que estivessem ocupadas. São diferenciadas por não estarem aplicadas diretamente a algum uso público federal, estadual ou municipal.

Elite cafeeira: Considera-se conforme Bobbio, que elite é uma minoria que detêm o poder e existe em toda e qualquer sociedade em contrapartida a uma maioria que está dele privada. Citando Gaetano Mosca, Bobbio, explica que não é um simples grupo reduzido, e sim uma classe política que se organiza em torno de determinados interesses e luta contra a maioria que se encontra "dividida, desarticulada, dispersa" (BOBBIO, 1998, p.385-386). No caso, o interesse era a produção do café.

1ª Guerra Mundial: Ocorreu entre os anos de 1914 e 1918, entre as grandes potências mundiais e seus aliados. Dentre os resultados dessa guerra teve-se um redesenho do mapa da Europa Central, criando vários países menores. Os derrotados assinaram o Tratado de Versalhes que definia restrições e punições.

Primeira República: Conhecida também como República Velha, teve seu início marcado pela Proclamação da República em 1889 e alguns autores delimitam seu fim com a Revolução de 1930. Tivemos, neste período, a Constituição Republicana do Brasil em 1891 e o cenário político ocupado por produtores de café e de leite.

A Modernização Urbano-Industrial no Brasil Republicano

POR DENTRO DO TEMA

A Modernização Urbano-Industrial no Brasil Republicano

Antes de entendermos as transformações ocorridas no Brasil Republicano, devemos nos atentar às mudanças em escala mundial ocorridas no período entre 1848 e 1875, chamado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm de a Era do Capital. Segundo o autor, trata-se de um período marcado pelo triunfo da burguesia, foi a "Era do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que ele representou, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo na razão, ciência, progresso e liberalismo" (HOBSBAWM, 2009, p. 21). Esse momento histórico também é marcado por intensas inovações científicas e tecnológicas na produção industrial. Entre elas podemos citar as novas formas de energia: petróleo e eletricidade; as de matéria-prima: aço, e as de meios de transporte: ferrovias e carros. Além disso, foram reorganizados os modos de produção em larga escala industrial com a introdução da linha de montagem, a setorização da produção e a administração racional do tempo, típicas do modelo **taylorista-fordista**.

O século XIX também ficou marcado pelo surgimento de novos modos de organização do capitalismo, com destaque para a supremacia da sua forma financeira e monopolista, quando grandes bancos e instituições financeiras passaram a controlar, por meio de empréstimos e compras de ações, a indústria e o comércio. Surgem ainda as grandes corporações multinacionais, formando verdadeiros conglomerados capitalistas presentes em diversos países. O conjunto dessas transformações é chamado de revolução científico-tecnológica, ou segunda Revolução Industrial, e apresentou efeitos profundos em todo o mundo.

No Brasil as transformações ocorreriam de modo mais demorado e concentrado em alguns pontos específicos. Segundo o José Vinci Moraes (2011),

durante todo o século XIX até a década de 1930, o Brasil manteve como principal atividade econômica a produção agrícola. Apesar da base agrária da economia no início do século XX, o Brasil presenciou crescimento da produção interna de bens industrializados. O desenvolvimento e as transformações industriais só foram possíveis graças à acumulação de capitais proveniente das economias agrárias, que posteriormente se tornariam mercado consumidor dos produtos industrializados. Segundo o autor, a partir da primeira década do século XX

> o capital industrial acumulado e as estruturas básicas para sua reprodução e desenvolvimento — mercado interno, mão de obra, matéria-prima, energia etc. — consolidaram as bases da indústria nacional, que se desenvolveria definitivamente nas décadas de 1930-1940. (MORAES, 2011, p. 150).

Não podemos falar de industrialização sem falar de urbanização, pois é na cidade onde a produção industrial encontra os meios para sua existência. Esses dois termos são, portanto, inseparáveis e devem ser lembrados quando estudamos as transformações ocorridas no Brasil do início do século XX.

Antes de aprofundarmos nossa análise nos aspectos econômicos, temos que entender uma grande transformação política ocorrida no fim do século XIX no Brasil: a proclamação da **República**. O dia 16 de novembro de 1889, primeiro dia da história republicana brasileira, foi marcado pela incerteza sobre o futuro do país. Como constata Renato Lessa (2001, p. 17),

> Ao acordar [em 16 de novembro de 1889], o país não dispunha de qualquer reposta institucional a respeito de si mesmo: quem faz parte da comunidade política, como se definem as relações entre cidadãos e o sistema político, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se constituirão as identidades políticas.

No entanto, essas questões pertenciam às elites, militares e civis, envolvidas na proclamação. O sentimento que marcou o restante da população, especialmente a da capital federal, foi outro: a surpresa. Talvez o documento mais representativo dessa situação seja a carta do propagandista republicano Aristides da Silveira Lobo, que relatava:

> Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. [...] Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. (TAVARES, 1987, p. 26-27).

Para Sérgio Buarque de Holanda a carta é um "documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços da academia, a realização da ideia republicana" (HOLANDA, 2004, p. 160). Essa situação serve para ilustrar o que José Murilo de Carvalho chamou de "abismo existente entre os pobres e a República" e relatar a existência de um "mundo de valores e ideias radicalmente distinto do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários" (CARVALHO, 1987, p. 31).

As primeiras indicações de mudanças políticas e sociais se foram apresentadas na Constituição de 1891, que, segundo análise de Maria Campello de Souza, apresentava "Federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo como as três grandes coordenadas legais da Primeira República" (SOUZA, 1977, p. 163). De acordo com Joseph Love (2000), o perfil do **federalismo** instituído em 1891 propiciava o fortalecimento dos grandes estados – nesse caso São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – e, consequentemente, o enfraquecimento dos demais.

Para Souza (1977), ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam – embora formalmente – a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado. Essa formalidade pode ser constatada ao analisarmos o artigo 70 da Constituição de 1891, segundo o qual seriam considerados eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. Apesar de não fazer referência às mulheres, a sua exclusão ficou implícita, e também ficariam impedidos de votar:

> 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. (BRASIL, 1891)

Segundo o Anuário estatístico do população do Brasil, em 1890 havia de cerca de 14 milhões de habitantes, entre os quais mais de 12 milhões não sabiam ler e escrever. Ao longo da Primeira República, esses números se mantiveram proporcionais ao crescimento da população total, que em 1900, era de pouco mais 17 milhões de habitantes e, em 1920, passava dos 30 milhões. O número de analfabetos em 1900 era de quase 13 milhões e, em 1920, mais de 23 milhões.

Analisando esses dados, pode-se concluir que a simples exclusão dos analfabetos já representava uma enorme redução do eleitorado possível. De acordo com Dermeval Saviani, a exclusão do voto do analfabeto foi amplamente discutida no final do Império e se consubstanciou na Lei Saraiva de 1881. "Como resultado da aplicação do novo critério, que condicionava o exercício do voto ao domínio da leitura e da escrita, o corpo eleitoral foi reduzido de 13% da população livre, em 1872, para 0,8% em 1886." (SAVIANI, 2008, p. 165) Segundo José Murilo de Carvalho (1987), durante a Primeira República aproximadamente 6% da população podia votar. Ora, como poderia haver participação popular através do voto se a própria Constituição privava a grande maioria da população desse direito?

Para finalizar a análise da Constituição de 1891, podemos observar que o governo federal não assumiu a instrução pública primária como uma responsabilidade. O artigo 35 "Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: [...] 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal" (BRASIL, 1891). Para Saviani (2008, p. 171), essa omissão "delegava aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino. Assim, foram os estados que tiveram que enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação de escolas primárias". Segundo Carlos Jamil Cury (2005, p. 80), essa mudança fez com que a educação sentisse, com outros direitos sociais, "os efeitos de um **Liberalismo excludente** e pouco democrático" (CURY, 2005, p. 80).

Para Robert Nicol (2011), esse cenário de pouca preocupação com a alfabetização da população brasileira é um dos principais elementos de explicação para nossa lenta e esparsa industrialização. De acordo com o autor, a educação, a ciência e a tecnologia são os pré-requisitos da indústria. No caso brasileiro, o autor destaca que o Brasil só atingiu "padrões de alfabetização de cerca de 50% de sua população adulta 200 anos ou mais após os Estados Unidos e a Inglaterra terem atingido tais percentagens" (NICOL, 2011, p. 190). De modo diverso dos países do noroeste da Europa, onde a educação básica se tornou universal muito rapidamente durante o transcorrer do século XIX, a universalização da educação básica, no Brasil, só ocorreu nos anos 1990!

Urbanização e Industrialização

Segundo Moraes (2011), o início da industrialização no Brasil foi um processo

desigual que se concentrou nas regiões Sudeste e Sul. A crescente urbanização, aliada a uma rápida expansão de ferrovias, e acumulação de capital foram os fatores preponderantes para essa divisão. No nordeste do país, a situação era oposta, pois até o final do século XIX, a região detinha duas das três maiores cidades do país: Salvador e Recife. Para o autor, esse quadro se explica como uma herança dos tempos coloniais: "A manutenção dos latifúndios, um mercado interno empobrecido e decadente e as dificuldades em integrar seu mercado regional ao nacional impediram maior desenvolvimento do parque industrial" (MORAES, 2011, p. 153).

Para Paul Singer (1974), entre 1890 e 1910 o Rio de Janeiro preenche melhor que qualquer outra cidade do país as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria: capital acumulado, mercado interno, mão de obra, grande porto, rede ferroviária, proximidade da matéria-prima e apoio governamental. Assim, até o início do século XX o Rio de Janeiro manteve a liderança da produção da indústria nacional, destacando-se a de tecelagem e a de alimentos.

Mas o domínio do Rio de Janeiro se manteria até o início do século XX. Segundo Moraes (2011, p. 154), em 1920, São Paulo assumia a "liderança na produção, no número de indústrias e na quantidade de trabalhadores empregados. [...] Em 1938, por exemplo, São Paulo já concentra cerca de 50% da produção". O crescimento da indústria paulista foi fundamentado pelo café. Por um lado em razão da acumulação de capital gerada pela produção cafeeira que era parcialmente investida na indústria. Por outro em virtude da grande rede ferroviária que se expandiu pelo estado, utilizada para o escoamento e comercialização do café. Segundo Moraes (2011, p. 155), como consequência desse cenário, "na cidade de São Paulo os setores de serviços ferrovias, comércio e bancos bem como o setor industrial cresceram enormemente",

Ao observarmos a Tabela 5.1 a seguir, podemos notar o rápido crescimento populacional sentido pelas principais cidades da época.

Tabela 5.1 - População nas Capitais Brasileiras (1872-1920)

Tabela 5.1 - População nas Capitais Brasileiras (1872-1920)

Cidades	1872	1890	1900	1920
Recife	116.671	111.556	113.106	238.843
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1872-1930.

Como vimos no Tema 4, um dos fatores decisivos para o crescimento da população brasileira, principalmente em São Paulo e no Sul, foi o grande número de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil desde meados do século XIX até os primeiros anos do XX. Para Moraes (2011), outro sinal das grandes transformações por que passavam as cidades brasileiras foi a expansão da rede de serviços urbanos: luz, transporte público, água encanada, calçamento, pontes e parques tomavam as principais cidades. Vale ressaltar que o setor de serviços era dominado por empresas inglesas, americanas e alemãs. No entanto, tais estruturas ainda eram precárias e a "economia tipicamente urbana de serviços, indústrias e comércio ainda não tinha condições concretas de absorver o enorme contingente de pessoas em atividades seguras de emprego" (MORAES, 2011, p. 160). Esse cenário gerou uma superexploração do trabalho com baixos salários e nenhum direito trabalhista. Nessa época, qualquer reivindicação social era tratada como caso de polícia.

Começava então a se estruturar uma configuração urbana muito comum nas grandes cidades brasileiras de hoje: a hierarquização dos espaços urbanos e sociais. Em outras palavras, começavam a surgir lugares onde as melhorias urbanas e de serviços eram muito semelhantes às grandes capitais europeias da época; mas esses espaços eram restritos à elite econômica. Para a maioria da população sobravam espaços sem nenhuma estrutura urbana, subempregos e pobreza generalizada.

Tomemos como exemplo as transformações urbanas executadas no Rio de Janeiro da época. Apoiada nas ideias europeias de civilização e beleza, de regeneração física e moral, a reforma urbana carioca sustentou-se no tripé "saneamento, abertura de ruas e embelezamento", além de objetivar a atração de capitais estrangeiros para o país. Para André Paulilo (2004, p. 514) as reformas partiam da "condenação dos hábitos e costumes considerados tradicionais, a negação da cultura popular, a expulsão da população pobre do centro da cidade".

Entre as principais reformas estão a abertura da Avenida Central, o alargamento de ruas, obras de saneamento, construção de um novo porto, embelezamento do centro com a construção de praças e jardins. Para que tudo isso fosse efetivado, foi necessário um grande movimento de demolições dos cortiços e de habitações populares que existiam nas áreas centrais da cidade. Esse movimento ficou conhecido como "bota-abaixo". Lima Barreto, em um romance escrito em 1909 e ambientado no Rio de janeiro, descreve as reformas urbanas em um diálogo de seu narrador com um coronel que não visitava a cidade desde 1882:

> **Está tudo mudado: Abolição, República... Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está**

> doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras... Estão doidos!!!. (BARRETO, 1997, p. 82)

Grande parte da população pobre que residia no centro foi expulsa e "teve que subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central" (CARVALHO, 1987, p. 41). Segundo José Murilo de Carvalho, no Rio reformado circulava o mundo da ***belle époque*** fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Jaime Benchimol (1992, p. 331), constata que "essa imagem resplandecente do Rio de Janeiro serviu, e ainda hoje serve, para ocultar a outra face da moeda: o terrível custo social dessas 'renovações' feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes".

No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Era o mundo dos cidadãos marginalizados que, vivendo em grandes cortiços, acabavam por experimentar a experiência republicana em moldes próprios. Era a república popular do cortiço, com suas normas, seu ritos e sua organização específicos, descrita por Aluísio Azevedo em sua obra O Cortiço. No embate entre a república popular do cortiço e a república oficial, a primeira não teve chances diante da operação militar que destruiu, em 1892, o cortiço Cabeça de Porco, o maior da cidade.

No caso de São Paulo, as transformações foram maiores e mais intensas, como sintetiza Moraes (2011, p. 172), São Paulo era

> uma pequena cidade provinciana e ruralizada, que cresceu rapidamente e repleta de instabilidade, fruto da explosão econômica e dos capitais advindos do café e da indústria. Submetida a esses interesses, nesse período foram construídas e destruídas (duas cidades: uma colonial, que deu lugar à metrópole do café, a qual cedeu passo à metrópole industrial, São Paulo).

Ainda segundo Moraes (2011), esses dois cenários históricos diferentes foram construídos no fluxo das transformações modernizadoras do capitalismo industrial e dos avanços científico-tecnológicos. No entanto, apresentavam em seu interior as ambiguidades e contradições de uma sociedade recém-saída da escravidão, hierarquizada e excludente, que ganhava, pouco a pouco, contornos e aspectos modernizadores.

ACOMPANHE NA WEB

Dicionário histórico-biográfico da Primeira República

• Acesse e consulte o Dicionário histórico-biográfico da Primeira República, que tem a finalidade de oferecer aos estudiosos – e a todos os interessados em conhecer a história política do Brasil – dados, informações e análises sobre o período que vai da Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930. O dicionário foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Link para acesso: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 2 maio 2014.

Entre Rios

• Para conhecer um pouco mais sobre a urbanização da cidade de São Paulo, assista ao documentário produzido pelo coletivo Santa Madeira, intitulado "ENTRE RIOS", que apresenta um enfoque geográfico-histórico, permeando também questões sobre meio ambiente, política.

Link : <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc>. Acesso em: 2 maio 2014.

Tempo: 25:10

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

Explique em poucas palavras a ligação entre agricultura e indústria entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil.

Questão 2

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, uma vigorosa corrida rumo à industrialização havia tomado conta da Europa e se estendido também aos EUA e ao Japão. Assinale a alternativa que identifica esse período em relação às inovações técnicas:

a) A produção em série de tecidos, a criação de melhores arados e a invenção do barco a vapor.

b) A invenção da máquina a vapor, o uso do carvão e do ferro, e o aparecimento das ferrovias continentais.

c) O emprego de novas ferramentas, a mecanização dos teares e o surgimento das máquinas automáticas.

d) A utilização do aço, do petróleo e da energia elétrica.

Questão 3

No início do século XX, na reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, associaram-se beleza e saneamento ao considerar que, em uma cidade moderna, além de se construírem avenidas e jardins, devia-se cuidar, também, das instalações de água e esgoto. Cite duas consequências da Reforma Pereira Passos para as camadas populares.

Questão 4

Com base em seus conhecimentos prévios, responda: qual foi a participação popular na Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889?

Questão 5

Assinale a alternativa que apresenta os pré-requisitos para a industrialização de acordo com Robert Nicol (2011).

a) Educação, ciência e trabalho.

b) Trabalho, tecnologia e ciência.

c) Educação, ciência e tecnologia.

d) Tecnologia, educação e escravidão.

FINALIZANDO

Neste tema você acompanhou as transformações ocorridas no Brasil durante a Primeira República. Você pôde notar que a forma política da república não representou maior participação por parte das camadas pobres da população politicamente. Também percebemos que o processo de urbanização e industrialização foi lento e concentrado na região Sudeste e Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Antônio José. *O federalismo brasileiro. Senado Federal*, 2014. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jovemsenador/arquivos/o-federalismo-brasileiro>. Acesso em: 02 maio. 2014.

BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Ática, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 02 maio. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CPDOC/FGV. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.* Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 02 maio. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). *A educação nas Constituintes Brasileiras* (1823-1988). Campinas: Autores Associados, 2005.

EDITORA CONTEXTO. *Entre Rios* - a urbanização de São Paulo. Documentário, maio 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc>. Acesso: 02 maio. 2014.

HOBSBAWM, Eric. *A era do Capital* (1848-1875). Trad. de Luciano Costa Neto. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil.* 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: *IBGE*, v. 8, 1948. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. *Recenseamento do Brazil 1872-1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>. Acesso em: 02 maio. 2014.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende et al. *República no Catete.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 11-58.

LOVE, Joseph. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira: a grande transição (1500-2000). 2. ed. São Paulo: Senac, 2000, p. 121-160.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da Modernização Urbano-Industrial no Brasil Republicano (Fins do Século XIX e Início do XX). In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 144-176.

NICOL, Roberto. Pré-requisitos da Indústria: Educação, Ciência e Tecnologia. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. pp. 177-222.

PAULILO, André Luiz. Os Artífices da Metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 513-534, ago. 2004.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.

SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva.* São Paulo: Difel, 1977.

TAVARES, Aurélio Lyra de. *Aristides Lobo e a República.* Vol. 205. Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros, 1987.

GLOSSÁRIO

Taylorista-Fordista:. trata-se da "forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem [...], pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções" (ANTUNES, 2009,

p. 38-39). O nome vem de seus idealizadores: Frederick W. Taylor e Henry Ford, que a colocou em prática pela primeira vez em suas indústrias automobilísticas.

República: a palavra república vem do latim *res publica*, que significa "coisa pública". Sua primeira ocorrência na história é em Roma, perto do século IV a.C. De forma geral, é uma estrutura política de Estado ou forma de Governo. No Brasil, teve início em 1889, sob a forma de uma República presidencialista e federalista.

Federalismo: o federalismo foi introduzido no Brasil com a proclamação da República (1889). A maneira mais simples de definir Estado Federal é caracterizá-lo como uma forma de organização e de distribuição do poder estatal em que a existência de um governo central não impede que sejam divididas responsabilidades e competências entre ele e os Estados-membros. Na Primeira República, marcada por amplo domínio das oligarquias (grupos pequenos, detentores da força econômica, do poder político e do prestígio social), o federalismo conheceu sua máxima expressão no País (BARBOSA, 2014).

Liberalismo excludente: forma pela qual ficou conhecida a aplicação do liberalismo clássico europeu durante a Primeira República (1889-1930). O caráter liberal do Estado republicano foi manifestado pela pouca regulação jurídica sobre os estados e as elites econômicas e pela legislação que previa um regime representativo. O caráter excludente se manifestava na concentração do poder político nas mãos dessa elite e na negação de direitos sociais à população.

Belle époque: na França é o período iniciado no final do século XIX, quando foram realizadas grandes reformas de embelezamento e reorganização urbanos, movidos por um clima cultural de modernidade e inovação artística. No Brasil, esse período tem início na Primeira República e é fortemente influenciado pelo movimento francês. A elite brasileira torna-se consumidora da arte, da moda e da arquitetura francesa, tentando reproduzi-las nos trópicos.

As Desigualdades Regionais do Brasil

POR DENTRO DO TEMA

As Desigualdades Regionais do Brasil

As desigualdades regionais fazem parte da nossa atual configuração socioeconômica, mas para compreendê-las a fundo devemos estudar suas origens históricas. Para tanto, faremos uma análise a partir da formação territorial do país ao longo dos séculos XIX e XX. Em outras palavras, vamos estudar quais são os principais fatores econômicos, sociais e políticos que geraram a atual configuração geográfica do Brasil e seus desequilíbrios regionais.

Quando falamos em desequilíbrio regional, tratamos das diferenças entre as regiões do país, especialmente na questão econômica, social e populacional. É normal que num país com as proporções territoriais do Brasil existam diferenças entre as regiões. No entanto, algumas delas afetam profundamente as estruturas sociais e a vida de uma grande quantidade de indivíduos. Tomemos como exemplo a distribuição da população brasileira, por região, desde 1872 até 2010, conforme a Tabela 6.1.

Tabela 6.1 - Distribuição da população nas regiões do Brasil (%)

Região	1872[1]	1920[1]	1970[2]	2010[3]
Norte	3,4%	4,7%	4,4%	8,3%
Nordeste	46,7%	36,7%	30,3%	27,8%
Sudeste	40,5%	44,6%	42,7%	42,1%
Sul	7,3%	11,5%	17,7%	14,4%
Centro-Oeste	2,2%	2,5%	4,9%	7,4%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

(1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Podemos perceber que a transformação mais significativa fica por conta da região Nordeste, que em 1872 tinha cerca de 46% da população brasileira e, em 2010, apenas 27,8%. Como vimos no Tema 5, isso pode ser explicado pela mudança do centro dinâmico da economia brasileira para o sudeste, no fim do século XIX. Essa configuração populacional afeta diretamente o desenvolvimento econômico dessas regiões. Tomemos como exemplo a distribuição do **Produto Interno Bruto**, conforme a Tabela 6.2.

Tabela 6.2 - Produto Interno Bruto dividido por regiões em 1996 (%)

Região	Produto Interno Bruto
Norte	4,7%
Nordeste	12,4 %
Sudeste	60,2 %
Sul	15,9 %
Centro-Oeste	6,9 %

Fonte: Maciel, 2000, p. 8.

Segundo Maciel (2000), a concentração do PIB na região Sudeste se manteve na faixa dos 60% em relação ao PIB nacional, desde 1986. Para Paulo Gala (2011), a semente dessa configuração econômica pode ser explicada pelo papel desempenhado pelo Estado e pela cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. O autor destaca que, em 1872, São Paulo era apenas uma pequena cidade brasileira, com população bem menor do que a de outros centros (como visto no Tema 5). Para o autor, devemos buscar a explicação de como essa cidade foi "capaz de se tornar centro financeiro, industrial e populacional do país em pouco mais de um século". (GALA, 2011, p. 228).

De acordo com o autor, no final do século XIX praticamente todo o território nacional era formado por pequenos centros econômicos.

> **Os gaúchos com a pecuária, o açúcar no Nordeste, a borracha na Amazônia, enfim, atividades que atraíam a população e davam vida econômica à região. Se São Paulo atingiu tamanho progresso, por que o mesmo não ocorreu nessas áreas? (GALA, 2011, p. 228)**

Gala (2011) afirma que entre 1850 e 1930 o estado e, especialmente a cidade passaram por uma "revolução científica", que pode ser mais bem traduzida como

um acelerado e intenso processo de urbanização e industrialização.

Para fins didáticos, seguiremos a metodologia do estudo de Gala (2011), que prevê uma análise que divide o Brasil da época em seis regiões: Amazônia, Nordeste, extremo sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Segundo Gala, poderíamos considerar que todas possuíam, hipoteticamente, o potencial de sofrer a transformação observada em São Paulo.

A Amazônia e o Ciclo da Borracha

Por volta de 1880, a região da Amazônia se destacou na economia brasileira com a produção em larga escala de látex, matéria-prima da borracha. O látex era extraído da seringueira, árvore encontrada em grande quantidade na floresta amazônica. A borracha, por sua vez, era utilizada pela crescente indústria automobilística, especialmente a norte-americana e a europeia. De acordo com Prado e Capelato (2004), até o início do século XX, a borracha amazônica foi o segundo maior produto exportado, ficando atrás somente do café. Para Gala (2011), essa atividade econômica atingiu volume bastante considerável, exportando, em látex, no período de 1870-1920, quase a metade do volume do café paulista. No entanto, seu ciclo foi curto e em poucos anos sua extração entrou numa enorme crise.

Paulo Gala (2011) aponta três motivos para a crise da produção amazônica de borracha. O primeiro é o problema das relações de trabalho. Mesmo utilizando a mão de obra livre, não havia salários, e a maioria dos pagamentos eram feitos em bens de produção e subsistência, o chamado sistema de aviamento. Essa forma de organização econômica gerava pouca circulação de dinheiro e apresentava uma superexploração dos trabalhadores responsáveis pela extração do látex, os aviados, deixando a grande parte dos lucros para as casas exportadoras e os intermediários.

Em segundo lugar, Gala (2011) aponta a questão do transporte. Por ser uma região de difícil acesso, a forma de locomoção viável era a navegação, não havendo espaço para o desenvolvimento de uma malha ferroviária, como em São Paulo. Por último, destaca-se o baixo desenvolvimento de atividades secundárias de apoio à economia da borracha. Não houve desenvolvimento de uma agricultura mercantil que pudesse ajudar na construção de um processo de industrialização. Segundo Gala (2011, p. 231), "sua produção industrial, que em 1907 correspondia a 4,3% do total nacional, em 1919 representava apenas 1,3%".

O Nordeste: do Açúcar à Pecuária

Como vimos no Tema 4, o Nordeste foi o principal centro econômico do período colonial por conta da sua produção de açúcar, no sistema de plantation. Essa forma de produção apresentou grande impacto em sua configuração social e econômica, após a crise do sistema açucareiro. Para Gala (2011), as principais

atividades econômicas nordestinas, entre o fim do século XIX e o início do XX, podiam ser divididas em dois grandes grupos: as de subsistência (pecuária e agricultura) e as de exportação (cana-de-açúcar e algodão). A região Nordeste continua a ter importância para a economia, mas não consegue apresentar o dinamismo econômico necessário para iniciar atividades industriais.

O açúcar de cana, por exemplo, passou a enfrentar a enorme concorrência do açúcar de beterraba, que em 1882 atingiu 50% do mercado mundial e 75%, no início do século XX. O Nordeste passaria ainda a concorrer com a produção açucareira do sul do país. Para Gala (2011, p. 232), a cultura do algodão "apresentaria uma dinâmica razoavelmente sustentada principalmente pela demanda, ainda que incipiente, da indústria têxtil brasileira no início dos anos 1900". No entanto, o avanço da produção do algodão em São Paulo desestabilizou a produção nordestina.

A agricultura e a pecuária eram baseadas, principalmente, no trabalho familiar e em pequenos agrupamentos rurais e não tinham as condições de acumulação de capital necessárias para dinamizar a economia. Essas atividades, por sua vez, tiveram um importante papel naquilo que Celso Furtado (2004) chamou de reservatório de mão de obra. Como vimos na Tabela 6.1, a população do Nordeste era muito grande em 1872 e apenas diminuiu, comparativamente, ao longo dos anos. Darcy Ribeiro (1995) aponta a relação entre essa produção de subsistência e a emigração em massa da população nordestina ao longo dos anos, explicando que nos currais dessas fazendas "se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar" (RIBEIRO, 1995, p. 344). Vale ressaltar que essa dinâmica populacional mantém sua atualidade apesar de a tendência emigratória no sentido Norte-Sul ter diminuído nos últimos anos.

Para finalizar, Gala (2011, p. 234) apresenta uma síntese acerca da configuração socioeconômica da região nordestina:

> **Não se formava um mercado interno com vigor, o assalariamento não se expandia, as técnicas de produção continuavam obsoletas e níveis de produtividade de toda a economia eram baixos, fazendo do lucro e excedente econômicos algo raro e fortuito. Observamos, assim, uma notável queda da produção industrial dessa região no início do século XX. Sua produção, que era de 17% do total nacional em 1907, cai para cerca de 10% em 1939.**

O Extremo Sul: Pecuária e a Pequena Indústria Agrícola

Desde a metade do século XIX, o extremo sul já contava com um importante

papel no abastecimento do mercado interno nacional, especialmente no setor pecuário, com destaque para a produção de charque. Foram os grandes fazendeiros que lideram a famosa **Revolução Farroupilha**. Para Gala (2011), a ocupação original da região pela pecuária foi primordial para o fornecimento de alimentação, gado e mulas para a região mineira na época do ouro. A partir de 1850, essas atividades foram intensificadas, tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro.

Essa posição, tradicional e estratégica, de grande fornecedora de produtos eminentemente rurais tornou-se uma barreira para o desenvolvimento urbano e industrial. De acordo com Gala (2011), outro fator limitante foi a distância dos centros consumidores, uma vez que a ligação ferroviária no Rio Grande do Sul só foi concluída, e ainda de forma precária, em 1910. Um exemplo é "sua participação industrial no país, que era de 19,9% de acordo com o censo de 1907, e apenas 13,8% no ano de 1939" (GALA, 2011, p. 234).

Rio de Janeiro, o Café do Vale do Paraíba e a Indústria na Guanabara

Como vimos nos temas anteriores, o início da industrialização brasileira esteve intimamente ligado ao processo de acumulação de capital advindo da produção cafeeira. No entanto, no Rio de Janeiro, nem o forte estímulo regional promovido pela expansão cafeeira do Vale do Paraíba (principalmente em sua porção fluminense, ou seja, Resende, Vassouras, Barra Mansa) foi suficiente para um grande desenvolvimento urbano-industrial.

Diante desse contexto devemos pensar quais são as principais diferenças entre a produção cafeeira do Vale do Paraíba e a do oeste paulista, "pois aí encontraremos as bases do sucesso industrial de São Paulo e parte da explicação da estagnação fluminense, notadamente do comportamento da indústria da Guanabara" (GALA, 2011, p. 236).

Segundo Gala (2011), a análise dessas diferenças está dividida em quatro aspectos: 1) as técnicas de produção de café no Vale do Paraíba eram mais rudimentares em razão de seu pioneirismo na produção cafeeira. A produção na região começou no início do século XIX e contou, majoritariamente, com mão de obra escrava; 2) graças às pequenas dimensões territoriais do estado do Rio de Janeiro, havia pouca disponibilidade de terras para a expansão, seja das lavouras de café, seja da industrialização; 3) o sistema de transportes também era um grande fator de dificuldade, uma vez que a geografia acidentada da região dificultou a abertura de estradas e, principalmente, a formação de uma rede ferroviária significativa. Para complicar, as poucas empresas existentes enfrentavam problemas financeiros graves; 4) a mão de obra figurou como um fator impeditivo, pois a escravidão brasileira, como vimos nos temas anteriores, é incompatível com o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial.

A exceção de um polo industrial, no Rio de Janeiro, ficou por conta da região da Guanabara, no início do século XX. No entanto, a concorrência com a indústria paulista e as dificuldades de abastecimento, geradas pela incapacidade de produção de alimentos na região, impediram um maior desenvolvimento da região.

As Minas Gerais e o Isolamento Geográfico

O cenário social e econômico encontrado em Minas Gerais no século XIX é herança da estrutura formada pelo ciclo do ouro, com pequenos aglomerados urbanos e a maioria da população vivendo no campo. A decadência da extração aurífera gerou uma involução econômica: onda migratória das principais regiões mineradoras e estagnação da economia. Essa situação foi alterada com o início da produção cafeeira na região, especialmente na região sul do estado. No entanto, a cultura de café em Minas, assim como no Rio de Janeiro, foi baseada na mão de obra escrava, dos tempos do ouro, e por isso apresentava pouco dinamismo.

Conforme Gala (2011), a criação de Belo Horizonte, no final do século XIX, gerou certo estímulo econômico no estado, especialmente no setor financeiro, com o surgimento de alguns bancos, e no imobiliário, com a urbanização da região. A diversificação da economia mineira também foi percebida na pequena agroindústria, com destaque para a produção de laticínios e a pecuária exportadora. Para o autor, mesmo com a formação desse pequeno complexo econômico, o estado mineiro não conseguiu atingir um nível de crescimento sustentado, principalmente em razão do isolamento geográfico da capital mineira, ainda distante dos centros mais dinâmicos da economia.

São Paulo, Oeste Paulista, o Café e a Indústria

Vamos agora analisar a estrutura econômica e social da região de São Paulo, que até agora serviu como referência para a análise das demais regiões. Seguindo a metodologia de Gala (2011), apontamos os motivos pelos quais as regiões estudadas não conseguiram apresentar um desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial. Nesse sentido, podemos inferir, de acordo com Gala, que foram nesses aspectos que a região de São Paulo foi exitosa. Como vimos anteriormente, a base para o desenvolvimento paulista é o capital acumulado com a produção cafeeira, principalmente a partir de 1880, quando ocupa o posto hegemônico no cenário nacional.

Também vimos que a produção cafeeira de São Paulo se diferenciou, e por isso prosperou, em três aspectos: 1) utilização de técnicas modernas e máquinas no cultivo e na produção; 2) substituição gradativa da mão de obra escrava pela mão de obra livre assalariada, especialmente a de imigrantes, fator que gerou uma maior circulação monetária nas cidades; 3) a grande expansão da malha ferroviária gerou a ligação entre as regiões do estado com a capital e com o litoral (porto de Santos) por onde era exportada a produção, em especial a do oeste paulista. As

ferrovias também desenvolveram a produção industrial por meio da criação de oficinas de reparo, construção e montagem.

Após a **Crise de 1929** e a enorme desvalorização do café no mercado externo, observamos o processo de deslocamento do centro dinâmico brasileiro para a indústria paulista, iniciando a transição definitiva do processo de acumulação do capital no Brasil para o setor industrial. Segundo Paulo Gala (2011), a indústria paulista origina-se em três principais setores: máquinas e implementos para a atividade cafeeira, sacarias de juta para embalagem do café e bens para consumo corrente. Após a crise cafeeira, o setor de produção de **bens de consumo** tornou-se o hegemônico na indústria nacional.

Por fim, vejamos um trecho do estudo de Wilson Cano (1998, p. 264) sobre as origens da concentração industrial em São Paulo e do desequilíbrio regional:

> **Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista. Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país: a Amazônia, em face de sua típica economia de aviamento; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como por sua concentrada estrutura de produção e renda; o extremo sul, pela forma de produção de economia camponesa, que atomizava o excedente e gerava uma indústria constituída, também, pela pequena e média empresa; a Região do Rio de Janeiro, pela decadência cafeeira e pela precariedade de sua indústria; Minas Gerais, por sua indústria dispersa e desconcentrada que sofria a limitação de seu próprio mercado.**

A ideia de que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são pouco desenvolvidas em relação às regiões Sul e Sudeste tem larga difusão em nossa cultura escolar e na mídia, de um modo geral. No entanto, a desigualdade social no Brasil ultrapassa essa questão regional. Atualmente, no Brasil, a desigualdade é generalizada e está dispersa em todo o território, podendo ser mais bem explicada na relação centro-periferia do que na relação Norte-Sul. Em termos econômicos, o Brasil é a sétima maior economia do mundo, com um PIB de cerca US$ 2,2 trilhões. O principal problema está na distribuição dessa riqueza, pois o Brasil é o segundo país com maior desigualdade do G20, de acordo com um estudo realizado nos países que compõem o grupo.

Segundo a pesquisa *Deixados para trás pelo G20*?, publicada pela rede de mídia

inglesa BBC e realizada pela Oxfam (entidade de combate à pobreza e a injustiça social), "apenas a África do Sul fica atrás do Brasil em termos de desigualdade". Com base em dados do Banco Mundial, a pesquisa examina "a participação na renda nacional dos 10% mais pobres da população", e nesse quesito, "o Brasil apresenta o pior desempenho de todos". Entretanto, "o Brasil é mencionado pela pesquisa como um dos países onde o combate à pobreza foi mais eficaz nos últimos anos. O estudo cita dados que apontam a saída de 12 milhões de brasileiros da pobreza absoluta entre 1999 e 2009" (BBC, 2012). No próximo tema veremos as explicações para esse Brasil contraditório: potência econômica e líder de desigualdade.

ACOMPANHE NA WEB

Desigualdade regional no Brasil

- Assita à reportagem da TVNBR sobre a desigualdade regional no Brasil. Segundo a reportagem, pela primeira vez o Ipea calcula a desigualdade social com base na riqueza dos municípios. O grau de desigualdade chegou a 0,86. Quanto mais próximo de 1, mais concentração de renda. Para se ter uma ideia, o índice de desigualdade da renda pessoal, calculado com base nos salários das pessoas, é de 0,54.

Link : <https://www.youtube.com/watch?v=GvN8najUqAY>. Acesso em: 2 maio 2014.

Tempo: 2:15

Viver em São Paulo

- Acesse o site Viver em São Paulo, do Arquivo Público de São Paulo. Lá estão reunidos variados tipos de fontes históricas, produzidas sobre e no estado de São Paulo entre o final do século XVIII e meados do século XX. Essas fontes abarcam uma multiplicidade de configurações políticas, sociais e econômicas vividas na província no longo período coberto pela documentação.

Link para acesso: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/index.php>. Acesso em: 2 maio 2014.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

Entre os principais fatores que dificultaram a expansão da economia capitalista industrial na região do Rio de Janeiro, entre meados do século XIX e o início do século XX, podemos citar, exceto:

a) Grande quantidade de estradas e ferrovias.

b) Técnicas de produção de café rudimentares.

c) Pouca disponibilidade de terras.

d) Utilização de mão de obra escrava.

Questão 2

Escolha a alternativa que apresenta um dos principais fatores que dificultaram a expansão da economia capitalista industrial na região de Minas Gerais, entre meados do século XIX e o início do século XX:

a) Grande lavoura açucareira com base na mão de obra escrava.

b) A crise na extração de prata com base na mão de obra livre.

c) Pouca disponibilidade de terras.

d) Isolamento geográfico.

Questão 3

Leia atentamente o trecho da reportagem a seguir:

Pesquisa divulgada hoje (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada no Censo 2010, mostra que 9,5 milhões de nordestinos migrantes são maioria (53%) entre os 17,8 milhões de pessoas que residem em região diferente da que nasceram, sendo 66% no Sudeste. [...] Somente nos cinco anos anteriores ao censo, 828 mil de pessoas partiram do Nordeste com direção ao Sudeste, enquanto que 386 mil fizeram o caminho inverso. Um terço destes tinha entre 60 e 69 anos. (VIEIRA, 2012, s.p.).

De acordo com a reportagem e com o texto-base, caracterize um fator que explique a forte migração do Nordeste para São Paulo.

Questão 4

Aponte dois fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial e urbano de São Paulo, especialmente a partir das primeiras décadas do século XX.

Questão 5

Com base em seus conhecimentos prévios, descreva a relação entre a produção de café e a industrialização no estado de São Paulo.

FINALIZANDO

Neste tema você acompanhou os principais motivos do desenvolvimento urbano industrial de São Paulo e as principais características do desequilíbrio econômico entre as regiões brasileiras. Tais conteúdos foram apresentados mediante exposição de um grande painel acerca das principais características de seis regiões: Amazônia, Nordeste, extremo sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Vimos também que, com exceção de São Paulo, a falta de dinamismo econômico e de estruturas de desenvolvimento sustentado foi o principal fator impeditivo do desenvolvimento de um capitalismo industrial e urbano nessas regiões. A expansão urbana e industrial de São Paulo foi possível a partir da confluência de diversos fatores: o capital acumulado com uma produção cafeeira moderna que utilizava mão de obra livre e assalariada, a extensa rede de transporte rodoviário, o dinamismo econômico gerado pela urbanização e, por fim, o desenvolvimento de uma indústria de produção de bens de consumo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Viver em São Paulo. Governo do Estado de São Paulo*. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/index.php>. Acesso em: 02 maio. 2014.

BBC. Brasil é segundo país mais desigual do G20, aponta estudo. *BBC Brasil*, Brasília, jan 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_desigualdade_pesquisa.shtml?print=1>. Acesso em: 02 maio. 2014.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense*: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GALA, Paulo. Origens do desequilíbrio regional no Brasil. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Marques (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 177-222.

IBGE. *Glossário* - séries estatísticas: definições econômicas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_economicas.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2014.

_____. *Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em: 02 maio. 2014.

MACIEL, Vladimir Fernandes. *Desigualdade Regional, Abertura Comercial e o Mercado de Trabalho no Brasil.* Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas), Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Departamento de Planejamento e Análise Econômica, Fundação Getulio Vargas (FGV), 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1822/1200100027.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 maio. 2014.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO; Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: BORIS, Fausto (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930), Tomo III, 1° volume. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: A formação e o sentido do Brasil. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIEIRA, Isabela. Migração de retorno do Nordeste para o Sudeste perde força, indica *IBGE*. Agência Brasil, out. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-17/migracao-de-retorno-do-nordeste-para-sudeste-perde-forca-indica-ibge>. Acesso em: 02 maio. 2014.

GLOSSÁRIO

Bens de consumo: os bens de consumo estão divididos em duráveis (automóveis, por exemplo), semiduráveis (roupas, por exemplo) e não duráveis (alimentos e materiais de higiene, por exemplo. A indústria de bens de consumo é responsável pela transformação da matéria-prima em produtos prontos para oferta ao consumidor final.

Crise de 1929: grande crise econômica gerada pela que quebra da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929. O principal motivo foi uma superprodução industrial, quando tanto as exportações quanto o mercado interno não foram capazes de absorver a produção. Em consequência, ocorreu uma imensa desvalorização das ações de muitas empresas, gerando falência em série e desemprego em massa. Os efeitos da crise foram sentidos em diversos países do mundo ocidental.

Dinamismo econômico: diversificação de atividades econômicas que aumentam a capacidade de produção de diferentes setores. Historicamente, está associada ao desenvolvimento urbano e industrial.

Produto Interno Bruto (PIB): bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas (IBGE).

Revolução Farroupilha: segundo Flores (2002), foi uma Guerra Civil iniciada em 1835 pelos grandes proprietários rurais do Rio Grande do Sul, os estancieiros, contra a cobrança de impostos. Liderados por Bento Gonçalves, os farroupilhas expulsaram o presidente da província e instituíram uma República. Não houve aplicação de ideias liberais ou tentativa de qualquer mudança social.

A Era Vargas e o Processo de Substituição de Importações

POR DENTRO DO TEMA

A Era Vargas e o Processo de Substituição de Importações

O fim da década de 1920 foi um período marcante na história política da República brasileira. O governo de Washington Luís, candidato único e eleito em 1926, era um dos mais calmos até então. Em 1929, no seu último ano de mandato, iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política até então seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, por meio do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos estados.

No entanto, Washington Luís, destinado a fazer seu sucessor, indicou o governador de São Paulo e também paulista Júlio Prestes como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo com Minas, que esperava ocupar a presidência da República, na figura do seu governador, Antonio Carlos de Andrada. Nesse momento deu-se a largada a uma disputa eleitoral que mudaria os rumos políticos do país e levaria ao fim da chamada República Velha. Após o rompimento, os representantes de Minas se uniram com políticos gaúchos e paraibanos e alguns paulistas para formar a Aliança Liberal, cujo candidato a presidente seria Getulio Vargas.

O resultado do pleito do dia primeiro de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes, eleito com cerca de 57,7% dos votos. A fraude, dominante nas eleições da época, verificou-se dos dois lados. Em pouco tempo Getulio Vargas reconheceu a derrota e o pleito foi encerrado. No entanto, políticos oposicionistas, com grande apoio de militares conhecidos como **tenentes**, não aceitaram o resultado das urnas e iniciaram os preparativos para um golpe de estado. A articulação do movimento estava lenta, até que em julho de 1930 ocorre o fato que mudou o curso do quase

fracassado movimento revolucionário: o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba e vice de Vargas nas eleições. O crime movido por questões pessoais causou enorme comoção nacional e voltou a estimular os preparativos para a insurreição, que finalmente foi deflagrada no dia 3 de outubro de 1930.

As primeiras ações militares explodiram em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1930, e depois em estados do Nordeste na madrugada do dia 4, mas o movimento encontrou pouca resistência. No dia 24 de outubro, um grupo de altos membros do Exército e da Marinha depôs o presidente Washington Luís e instituiu uma junta provisória de governo. Em razão de inúmeras pressões, a junta, que pretendia manter-se no poder, se viu forçada a entregá-lo ao líder da revolução, Getulio Vargas. Dessa forma, no dia 3 de novembro de 1930 Vargas é empossado como presidente provisório. Estava decretado, então, o fim da Primeira República no Brasil. O movimento ficou conhecido como Revolução de 1930 e levou Getúlio Vargas ao poder, do qual ele sairia somente em 1945. De acordo com Octávio Ianni (1977, p. 34),

> Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do governo Washington Luís, em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado Oligárquico em Estado Burguês. Esse foi o contexto em que o Governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas quanto às relações entre assalariados e empregadores.

Como vimos no Tema 6, o final da década de 1920 também foi marcado por uma grande crise econômica mundial que, dentre outros fatores, reduziu drasticamente as exportações agrícolas do Brasil, especialmente a do café, e impôs barreiras para a importação de produtos industrializados. Assim a crise externa agiu como um fator de aceleração do desenvolvimento da indústria no Brasil. Essa tese é defendida por autores como Celso Furtado (1977) e como Raúl Prebisch (1964).

> A grande depressão mundial marca definitivamente o fim desta forma de desenvolvimento [...]. Ante a impossibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações – principalmente das indústrias – para contrabalançar essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos. (PREBISCH, 1964, p. 86).

A aceleração da produção industrial interna ficou conhecida como processo de substituição de importações. Segundo Suzigan e Versiani (1990), esse processo é caracterizado pelo crescimento da produção industrial com expansão da demanda consumidora interna. Simultaneamente, ocorre a redução do montante de importação de produtos industrializados. No entanto, Fonseca (2011) afirma que o processo de substituição de importações só foi possível graças ao grande capital acumulado, nas décadas anteriores, com a exportação do café. Ademais, ainda seria necessária a importação de maquinário e insumos para a expansão da indústria interna.

Os Primeiros Passos do Processo de Substituição de Importações (1930-1937)

Para Pedro Fonseca (2011), o governo nacional, na década de 1930, usou mecanismos de incentivo à indústria nascente, dentre os quais pode-se citar, como exemplo,

> a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a qual, na ausência de bancos de fomento, iniciava oficialmente o que o Estado só de forma pontual fizera na República Velha: o financiamento de capital fixo e de giro à indústria (FONSECA, 2011, p. 252).

Ainda de acordo com o autor:

> [...] em 1935 o governo brasileiro assinou tratado de comércio com os Estados Unidos, o qual estabelecia vantagens a alguns produtos de exportação brasileiros — café, borracha e cacau — em troca de reduções de 20% a 60% na compra de artigos industriais norte-americanos, como máquinas, aparelhos e aços (FONSECA, 2011, p. 253).

Fonseca (2011, p. 253) verifica nesse tratado a intenção do Brasil em "facilitar não a importação de bens de consumo, mas de bens de capital e insumos necessários para promover a industrialização". Outra medida que indicava uma mudança nos rumos da economia foi a implementação de uma política de tributação das exportações, com o intuito de impedir o aumento da produção de café, algo contrário ao que foi feito ao longo de toda a República Velha. A intenção era diversificar as exportações, o que de fato ocorreu, pois "no período 1934-1939 o café alcançou 47,8% do valor das exportações, em contraste com 72,5% do período 1924-1929, enquanto o algodão crescia de 1,9% para 17,6%, de um para outro" (FONSECA, 2011, p. 270).

Em contrapartida, a produção industrial crescia, não só no setor de bens não duráveis de consumo, como alimentos, têxtil e bebidas, que representavam de 70% a 80% do valor agregado industrial, mas também na indústria de base. De acordo com Fonseca (2011),

> os segmentos industriais que mais cresceram entre 1933-1939 [...] foram os de papel e papelão, metalúrgica e minerais não metálicos, enquanto entre 1932-1937 a produção física de ferro gusa aumentava 240%, a de aço em lingotes 123% e a de laminados 142%. (FONSECA, 2011, p. 270).

O autor faz a ressalva de que essas porcentagens partiam de uma base pequena, por isso às vezes ocorre um amplitude exagerada. Ele ainda defende que houve intencionalidade do governo em estimular a produção industrial, e para corroborar essa ideia apresenta uma série de medidas adotadas ao longo dos anos 1930 e 1940. Entre elas podemos destacar:

> a) a reforma tributária de 1934, de caráter protecionista e em acordo com as propostas defendidas por lideranças empresariais da época; b) em 1931, o governo proíbe a importação de máquinas para certas indústrias e, por pressão empresarial, prolonga-a até 1937, numa clara proteção às indústrias já instaladas; c) a concessão de crédito ao setor industrial mostra uma tendência crescente na década de 1930, culminando em 1937 com sua oficialização por meio da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; d) a criação de diversos órgãos, no aparelho do Estado e sob a hegemonia do executivo, voltados à diversificação agrícola e a beneficiar a agroindústria [..] e) a reforma educacional, proposta por Francisco Campos, que privilegiava o ensino técnico e profissional [...] f) a legislação trabalhista, implementada desde a criação, já em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — no dizer de Vargas, o Ministério da Revolução — e que mostra a consciência da necessidade de legalizar e administrar os conflitos sociais urbanos, apontando para um projeto de nação no mínimo bastante diverso da tradicional visão agrarista e exportadora das elites. (FONSECA, 2011, p. 271).

Estado Novo: Política, Ideologia e Economia (1937-1945)

No aspecto político, o governo provisório de Vargas passou por momentos de instabilidade quando o Estado de São Paulo iniciou uma revolta a favor de uma nova Constituição em 1932. Apesar da derrota paulista, uma nova Constituição foi instituída em 1934 e Vargas foi eleito em eleições indiretas para um mandato de 4 anos. No entanto, em novembro de 1937, ocorre um golpe liderado pelo próprio presidente Getulio Vargas e apoiado, entre outros, pelo general Góes Monteiro, chefe militar da Revolução de 1930. O golpe foi muito mais político e ideológico que militar, pois foi fruto de uma ação que aliou a eliminação das resistências e a difusão da ideia de que a continuidade de Vargas no poder era necessária. Para tanto, o governo se apoiou em uma política de alianças com líderes regionais e de combate ao comunismo. A política anticomunista foi intensificada após a revolta comunista de 1935, que tentou tirar Vargas do poder. Aproveitando-se desse acontecimento, o Ministério da Guerra divulgou, em 1937, o que ficou conhecido como Plano Cohen, um documento forjado que relatava a preparação de uma nova ofensiva comunista.

Diante dessa ameaça, o Congresso cedeu às pressões de Vargas para decretar o estado de sítio. No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi cercado por tropas da Polícia Militar e fechado. No mesmo dia Getúlio Vargas anunciou pelo rádio à nação o início de uma nova era, orientada por uma nova Constituição elaborada por Francisco Campos. Começava ali o **Estado Novo**. Vejamos a seguir quais são as principais características desse período e sua contribuição para a formação econômica, social e política do Brasil.

A Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, mediante legislação especial, tornou-se pública, sendo considerada instrumento do Estado e veículo oficial da **ideologia** estado-novista. De acordo com Capelato (1999), o Departamento de Imprensa e Publicidade (DIP) foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura e "tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira" (CAPELATO, 1999, p. 172). Durante o Estado Novo, as ações que visavam à eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizaram-se, sobretudo, por meio da imprensa periódica e, em menor medida, por meio do rádio.

A propaganda política é estratégica para o exercício do poder em qualquer regime, mas naqueles de tendência autoritária, como era o caso do Estado Novo, ela adquire força muito maior porque o Estado, graças ao total domínio dos meios

de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações circulantes e as manipula. O poder político, nesses casos, combina o monopólio da força física e da força simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuro coletivos que seja diferente daquela que confirma a sua legitimidade. Segundo Capelato (1999, p. 169), os articuladores "da propaganda varguista, atentos observadores da política de propaganda nazifascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os à realidade brasileira".

O ponto central do Estado Novo foi a questão social. O enfrentamento dessa questão deveria ser a principal motivação do governo. De acordo com Ângela Gomes (1982, p. 120) é "fundamental reconhecer, desta forma, que a questão social surge como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos pós-30". Nesse sentido, encontramos a política trabalhista adotada pelo Estado Novo, com a qual o presidente Vargas "'doa' às massas urbanas uma legislação trabalhista que começa a formular-se desde os primeiros anos do Governo Provisório e que se consolida em 1943" (WEFFORT, 1980, p. 73). Essa suposta ligação direta entre o líder e o povo é uma das principais características do **populismo** brasileiro. Assim, a ação do estado deveria estar voltada para o homem, e principalmente para o trabalhador, que representa a "expressão viva e máxima de nossas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico" (GOMES, 1982, p. 122).

O esforço de valorização do trabalhador exercido pelo governo através da difusão de uma ideologia política de "reabilitação" do papel e do lugar do trabalhador nacional promoveria o aumento da produção nacional, o desenvolvimento econômico e a diminuição da pobreza. A formulação de uma legislação trabalhista, previdenciária e até sindical foi o meio escolhido para concretizar essa proposta. Dessa forma, tanto a legislação como a ideologia política foram pensadas como mecanismos de legitimação do governo e de controle das relações sociais e de trabalho.

Ressaltar a operosidade e a dedicação ao trabalho fazia parte do processo de valorização dos trabalhadores enquanto verdadeiros cidadãos brasileiros. A unir essa dupla esfera de exaltações, através do tempo, "estava a 'doação' da legislação social, que instaurava a obrigação do reconhecimento do povo ante 'seu' presidente, conformando tal contrato político como uma legítima adesão e não como uma mera submissão à força do Estado" (GOMES, 1999, p. 66). A concessão das benesses trabalhistas forçava os trabalhadores a manifestar, por esta, o reconhecimento e os agradecimentos. Esses sentimentos eram exprimidos pela obediência e pela legitimação de um estado autoritário como uma instituição democrática.

Em relação ao aspecto econômico, o Estado Novo apresentou uma postura de

continuidade em relação à política industrializante iniciada no governo provisório, mas com uma intensidade maior, pois o governo deixava claro seu projeto industrializante, em prol da diversificação do setor primário e das exportações. Segundo Fonseca (2011, p. 272), por isso, alguns autores veem no Estado Novo algo que, pelo alto, lembra a revolução de Bismark, a chamada Via Prussiana, "em que a industrialização e a constituição da ordem econômica e política capitalista partiu mais de uma decisão política que de determinações econômicas emanadas do mercado".

No Estado Novo também surge uma configuração da estrutura governamental que tem suas bases até os dias atuais, pois o crescimento do aparelho estatal fez surgir um novo segmento social: a burocracia. Para tanto, "cria-se o DASP — Departamento Administrativo do Serviço Público, para recrutar por concurso os funcionários públicos, substituindo-se as antigas nomeações políticas dos coronéis e políticos" (FONSECA, 2011, p.273).

Essa época também ficou marcada pela criação de diversos órgãos, públicos e privados, relacionados aos setores industriais e às riquezas naturais estratégicas. Entre eles, podemos destacar o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho de Águas e Energia, a Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Comissão do Vale do Rio Doce e Serviço Social da Indústria (SESI). Outros órgãos tinham atuação voltada para a racionalização administrativa e a tomada de decisões, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Plano de Obras Públicas e Conselho Nacional de Ferrovias.

De acordo com Fonseca, a economia desacelerou seu ritmo de crescimento nos primeiros anos do Estado Novo, especialmente entre 1939 e 1942, quando cresceu apenas 0,4% e a indústria 1,6%. Para o autor, os baixos índices podem ser explicados pelas dificuldades de importação, geradas pela segunda guerra mundial. Entretanto, as taxas voltam a aumentar a partir de 1942, "com a indústria voltando a crescer em média 9,5% e o PIB 6,4% entre 1942-1945" (FONSECA, 2011, p. 273). Ainda para o autor, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda "foi mais importante que as taxas de crescimento em si, tornando-se um marco simbólico desta época, pois inaugurou a forte presença estatal na produção de insumos básicos" (FONSECA, 2011, p. 273), uma das características fundamentais do Processo de Substituição de Importações brasileiro.

No aspecto educacional, o Estado Novo foi marcado por uma nova relação entre indústria e educação, especialmente com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, e quatro anos depois do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Nascia, assim, o chamado "Sistema S", que em pouco tempo se transformaria na maior rede de escolas profissionais do Brasil.

Para Romanelli (1986, p. 169), "as escolas de aprendizagem (profissional) acabaram por transformar-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares". De acordo com Ferreira Jr. (2010), a criação do "Sistema S" foi fruto de um esforço coletivo feito pela burguesia industrial nascente, que viu na criação de um sistema de instituições de instrução técnica desvinculadas do Ministério da Educação a melhor maneira de formar trabalhadores minimamente qualificados. A crescente necessidade por mão de obra rápida e barata impusera novas exigências por qualificação profissional técnica.

Segundo Fonseca (2011), após a 2ª Guerra Mundial, a antiga dicotomia entre países periféricos agrários e países centrais industriais não tinha mais validade, uma vez que países latino-americanos passaram a demonstrar

> acelerado crescimento industrial, sem, todavia, romper com o subdesenvolvimento. Este subdesenvolvimento industrializado, na expressão de alguns autores, tem no Brasil o caso mais típico, onde a industrialização avançou sem reverter na mesma intensidade vários indicadores sociais, antes aprofundando a concentração da renda e trazendo consigo novas relações de dependência, principalmente financeiras e tecnológicas. (FONSECA, 2011, p. 261).

ACOMPANHE NA WEB

A Era Vargas - Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade.

- Assista ao programa da UNIVESPTV, que apresenta o livro A Era Vargas - Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. No programa, Pedro Zahluth Bastos explica a seleção que fez dos textos de diversos autores sobre as origens e o legado do pensamento político e econômico de Getúlio Vargas. Ele conta para o jornalista Ederson Granetto que é possível encontrar elementos no passado que podem auxiliar a compreensão do momento presente. Além de Zahlut, o economista, cientista político e ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira também fala sobre o Estadista Getulio Vargas, sobre a visão que ele tinha do desenvolvimento e compara com o atual momento econômico brasileiro.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=CmgRIQnVWX0>.

Tempo: 17:30.

A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945

• Explore o portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, "A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945", que também é o título de um CD-ROM lançado em 1997. Seu conteúdo foi adaptado para ser o primeiro produto disponibilizado na página Navegando na História do nosso portal. São 126 textos, 300 imagens e 140 biografias apresentados em três módulos temáticos: "Os Anos 20"; "Anos de Incerteza (1930 - 1937)" e "Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)".

Link: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em: 2 jun. 2014.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

A partir da Revolução de 1930, novas diretrizes políticas passaram a nortear o governo Vargas. Esse movimento se intensificou com a implementação do Estado Novo, em 1937, quando as relações entre as classes patronais e os trabalhadores passaram a ser reguladas pelo Estado no processo de industrialização vivido pelo Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Assinale a seguir a alternativa que apresenta a essência dessa intervenção estatal:

a) Tentativa de cada vez mais aproximar dos tenentes a política trabalhista, com vistas a aliciar Luis Carlos Prestes para a chefia do PTB.

b) Busca da harmonia social caracterizada pelo fortalecimento do Estado, que passa a tutelar as relações trabalhistas.

c) Valorização exclusiva dos trabalhadores nacionais, objetivando dar-lhes oportunidade de alcançar o poder.

d) Concessão do direito, geral e irrestrito, de greve aos trabalhadores.

Questão 2

Assinale a alternativa que melhor descreve o chamado Processo de Substituição de Importações:

a) Aproximação indústria-governo, aspecto central da vida econômica do Estado Novo, implicando a total exclusão da relação agricultura-governo, que havia sido a principal preocupação dos governantes da República Velha.

b) Redução do consumo de bens, tendo sido, com isso, possível equilibrar as finanças públicas e os acordos internacionais, fixando um preço mínimo para o café e facilitando a retomada da economia.

c) Efeito combinado positivo que gera a diversificação das exportações de produtos manufaturados e do crescimento agroindustrial.

d) Crescimento da produção industrial com expansão da demanda consumidora interna e redução do montante de importação de produtos industrializados.

Questão 3

Leia a seguir um trecho do discurso de Getulio Vargas no primeiro aniversário do Estado Novo em 1938:

> As Caixas Econômicas Federais ampliam cada vez mais as suas operações, concorrendo para a melhoria das construções urbanas e auxiliando o desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, o funcionamento dos institutos de pensões, aposentadorias, em franco progresso, entremostra o que será, de futuro, a nossa obra de amparo ao trabalho e ao trabalhador (VARGAS, 2007, p. 245).

Com o auxílio das informações contidas no texto, aponte uma característica da relação de Vargas com a classe trabalhadora no Brasil das décadas de 1930 e 1940.

Questão 4

Com base em seus conhecimentos prévios, caracterize uma transformação econômica ocorrida no Brasil após a década de 1930.

Questão 5

Leia o texto a seguir:

> A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no Departamento de Informação e Propaganda (DIP). Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As "publicações inconvenientes" foram suprimidas. Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem (CAPELATO, 1999, p. 173).

Com base nessas informações, relacione o papel exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo, e a imagem de Getúlio Vargas como o "pai dos pobres", conhecida até os dias atuais.

FINALIZANDO

Neste tema você compreendeu as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil ao longo Era Vargas (1930-1945). Esse período foi marcado pelo início do deslocamento do foco econômico das atividades agrário-exportadoras para a o setor industrial, pautadas pelo Processo de Substituição de Importações. Também foram abordadas as configurações políticas, econômicas e ideológicas do governo autoritário e centralizador representado pelo Estado Novo (1937-1945), que, sob a liderança de Vargas, intensificou a política industrialista com a criação de importantes empresas e órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP/Boitempo, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca. O processo de substituição de importações. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria Org.). Formação econômica do Brasil. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Revista Economia, Brasília*, v. 13, n. 3b, p. 843–866, set.-dez. 2012 Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843_866.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FERREIRA JR., Amarílio. *História da Educação Brasileira*: da Colônia ao século XX. São Carlos: EDUFScar, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: Oliveira, Lúcia Lippi (Org.). *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil* (1930-1973). 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUZIGAN, Wilson; VERSIANI, Flávio. *O Processo Brasileiro de Industrialização*: uma Visão Geral. Universidade de Brasília; Departamento de Economia, 1990. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-4.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

VARGAS, Emiliana. *Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940*. Dissertação de Mestrado (Serviço Social), Florianópolis: UFSC, 2007.

WEFFORT, F. C. Política de Massas. In: IANNI, O. et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GLOSSÁRIO

Estado Novo: fase do governo de Getúlio Vargas iniciada em 1937 após um golpe que instaurou um estado centralizador e autoritário. O Estado Novo foi concebido a partir dos estados fascistas europeus, especialmente a Polônia e a Itália, embora tenha apresentado características próprias. O Estado Novo terminou em 1945 com o fim da 2ª Guerra Mundial.

Ideologia: o termo ideologia tem um amplo espectro de significados históricos: "[...] Com muita frequência, refere-se aos modos como os signos, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante, mas também pode denotar qualquer conjuntura significante entre discurso e interesses políticos" (EAGLETON, 1997, p. 193).

Legislação trabalhista: refere-se ao conjunto de leis criadas pelo governo de Vargas, ao longo da década de 1930, e reunidas na Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943. Essa lei ainda serve como base para administrar as relações trabalhistas no Brasil.

Populismo: "o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (WEFFORT, 1965, p. 176).

Tenentes: membros de um movimento conhecido como tenentismo, formado por oficiais de baixa patente que desde julho de 1922 foram responsáveis por diversas revoltas contra os governos da Primeira República, que se desestabilizaram. Os tenentes tiveram papel de destaque na Revolução de 1930 e muitos se tornaram figuras de destaque da política brasileira das década posteriores.

Nacional Desenvolvimentismo, Ditadura Militar e Neoliberalismo

POR DENTRO DO TEMA

Em julho de 1944, foi realizada, em uma pequena cidade norte-americana, a Conferência de Bretton Woods, que contou com a participação de 45 países do bloco dos aliados. O encontro tinha como principal objetivo a definição de uma nova ordem econômica mundial diante da evidente supremacia dos Estados Unidos às vésperas do fim da **Segunda Guerra Mundial.**

Os países aliados temiam que o fim da guerra fizesse ressurgir a grave crise econômica ocorrida na década de 1930 e, por isso, buscaram definir um sistema de regras, instituições e procedimentos que visassem regular a política econômica internacional. Para tanto, foram criadas as seguintes instituições financeiras: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deveria prover fundos a países com problemas em seus balanços de pagamentos, independentemente de seu nível de desenvolvimento; e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que deveria prover recursos para reconstrução das áreas afetadas pela guerra. Essas organizações passaram a funcionar a partir de 1946.

A medida mais importante adotada em Bretton Woods determinava que os Estados Unidos adotariam o padrão-ouro, vigente do século XIX até a Primeira Guerra, como referência de valor para a sua moeda, o dólar, e que as demais moedas do mundo seriam livremente conversíveis tendo como base a cotação do dólar. De modo geral, essa medida afetou o sistema monetário internacional ao atrelar as economias capitalistas mundiais à norte-americana.

O grande crescimento da economia norte-americana, impulsionado pelo intervencionismo estatal característico dos tempos de Guerra Fria, gerou um período de grande prosperidade para o capitalismo. Eric Hobsbawm (1995) denominou esse período, de 1945 até meados dos anos 1970, como a "Era de Ouro" do capitalismo. No entanto, o autor destaca que a "Era de Ouro pertenceu essencialmente aos

países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de ¾ da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas." (HOBSBAWM, 1995, p. 255). Nesse sentido, a riqueza não foi sentida pela maioria da população do mundo, "que viviam em países pra cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos." (HOBSBAWM, 1995, p. 257).

Nos países capitalistas periféricos, como o Brasil, os grandes fluxos de capital estrangeiro, em forma de empréstimos bancários e de investimentos diretos de empresas multinacionais, resultaram no desenvolvimentismo, baseado na expansão econômica e na industrialização de certas áreas. Segundo Pedro Fonseca, o conceito de **nacional desenvolvimentismo** apresenta um "'núcleo duro', que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo". (FONSECA, 2014, p. 226).

Em 1951, Getúlio Vargas voltava ao poder após vencer as eleições diretas para presidente. O chamado segundo Governo Vargas foi marcado pela retomada de seu projeto industrializante, marca de seu governo anterior. Com o amplo apoio de diversos setores sociais,

> **desde parte dos proprietários de terra e o empresariado industrial até os trabalhadores urbanos, com os sindicatos pelegos — atrelados ao oficialismo estatal —, além dos políticos tradicionais que haviam apoiado a ditadura do Estado Novo. Esta era a base da sustentação política do chamado projeto nacional desenvolvimentista. (FONSECA, 2011, p. 274).**

O apoio dos grandes proprietários rurais ao projeto nacional desenvolvimentista pode ser explicado por dois motivos: 1) Mesmo sendo um projeto que priorizava a indústria, desde o primeiro Governo Vargas o setor foi beneficiado, pois a legislação trabalhista não foi estendida aos trabalhadores rurais além da grande linha de crédito junto ao Estado. 2) O projeto estimulou a produção agrícola para o abastecimento interno, por "meio da produção matérias-primas e bens da cesta de consumo dos trabalhadores urbanos — algo fundamental no controle da inflação e com incidência direta nos salários reais e na taxa de lucro do setor industrial". (FONSECA, 2011, p. 275). Ademais, o mais evidente é que, mesmo longe do exercício efetivo do poder, os latifundiários mantinham a base de sua força política e econômica — a propriedade da terra. Acerca da manutenção do poder das oligarquias agrárias em um contexto de urbanização e industrialização, Florestan Fernandes atesta,

> Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político [...] Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas onde isso fosse possível. (FERNANDES, 1976. p. 204)

A reabertura democrática e a segunda fase do processo de substituição de importações

Entre 1945 e 1964 o Brasil passou por um período chamado por alguns historiadores de "abertura democrática", pois vivenciou experiências democráticas, como as eleições diretas, entre a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Em termos econômicos, estava em curso o nacional desenvolvimentismo de Vargas, com o estímulo à indústria de base nacional, com destaque para a criação da Petrobrás, em 1953. No entanto, o projeto enfrentava uma crescente crise financeira. Fonseca (2011) aponta que o índice de preços ao consumidor do Rio de Janeiro mais que dobrou, passando de 9,4% em 1950 para 22,6% em 1954.

Diante dessa crise, o Processo de Substituição de Importações enfrentava uma crise que, segundo Fonseca (2011), encerrava sua primeira fase, com a quase já completa substituição de importações dos bens de consumo não duráveis. A segunda fase do processo seria iniciada no Governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, com a implantação de um **Plano de Metas**. Segundo Fonseca, essa segunda fase pode ser caracterizada pela

> substituição de importações dos bens duráveis de consumo, atendendo o mercado doméstico que, afinal, continuava com renda concentrada: entre outros motivos, porque nas etapas iniciais do PSI a demanda era assegurada mesmo sem repor os aumentos de produtividade nos salários, já que o crescimento econômico acelerado ampliava o mercado de bens de consumo popular com a adição de novos trabalhadores/consumidores, prescindindo de crescimento dos salários reais.

Vale ressaltar que tal processo foi acelerado graças à maciça associação ao capital estrangeiro, especialmente o norte-americano.

Ditadura militar: economia e sociedade

O início da década de 1960 foi marcado por uma grave e generalizada crise econômica. De acordo com Klein e Luna (2014), a situação era crítica, com baixo crescimento e inflação de 80% ao ano. Com o intuito de conter o crescente processo inflacionário e retomar o crescimento das décadas anteriores o governo lançou Plano Trienal, que foi coordenado pelo economista Celso Furtado. O Plano Trienal,

> apontava o setor externo e o setor público como principais causas da inflação, e, para a aliviar a pressão do setor público, sugeria aumentar a carga fiscal, reduzir o dispêndio e captar recursos do setor privado por meio do mercado de capitais. Apesar do esforço governamental, não havia condições objetivas para o sucesso do Plano Trienal. Em 1963, a inflação aumentou para 82%, e o crescimento do PIB foi quase nulo. (KLEIN; LUNA, 2014, p.93).

Foi diante desse cenário de crise econômica que os ânimos políticos se acirraram até chegar ao desfecho do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, no dia 1º de abril de 1964, e que iniciou um governo autoritário que duraria 21 anos, uma das mais longas ditaduras militares da América Latina.

A maioria dos autores que estudam o período militar atesta que o novo modelo econômico defendido pelos militares baseava-se

> na exportação de bens industriais, sustentado pelo baixo nível de consumo interno e arrocho salarial, gerando assim altas taxas de acumulação. Dever-se-ia abandonar o modelo de industrialização por substituição de importações e adotar um padrão de crescimento voltado para fora. (PIRES, 2002, p. 110)

Nesse sentido, segundo Pires, os militares pretendiam que a indústria interna produzisse bens em grande quantidade para vendê-los aos "países ricos a baixos preços, viabilizando assim, com as divisas obtidas, a compra de tecnologia e os equipamentos necessários à ampliação do processo acumulativo". (PIRES, 2002, p. 110).

Para viabilizar esse modelo, o regime militar, segundo Lima (2011), passou a oferecer vantagens maiores às empresas multinacionais, além de garantias econômicas e políticas, como oferta de mão de obra barata e isenções fiscais. O autor ressalta que "também foi iniciada uma política de crédito que priorizava o capital estrangeiro e oferecia incentivos às exportações de manufaturados, em benefício deste mesmo capital." (LIMA, 2011, p. 35).

Tais diretrizes econômicas compunham o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que foi responsável por um alto índice de crescimento industrial e econômico. De acordo com Klein e Luna, em 1966 o Produto Nacional Bruto (PNB) "cresceu 6,67%, com forte recuperação industrial e declínio da agricultura." (KLEIN; LUNA, 2014, p. 95). No mesmo ano, a indústria apresentava um expressivo crescimento de 11,7%. O período (1967-1973) foi chamado de "milagre econômico" em função das elevadas taxas de crescimento da economia, sobretudo no setor industrial. De acordo com os autores,

> **nesse período o PNB aumentou a uma taxa média anual de 10%, e a indústria exibiu taxa ainda maior. A economia cresceu e modernizou-se, permitindo a expressiva incorporação de novos trabalhadores ao mercado formal de trabalho e a consolidação de um segmento médio de consumidores. Além do sucesso da política econômica adotada internamente, o Brasil beneficiou-se de um período de vigoroso crescimento internacional, quando a maioria dos países latino-americanos desenvolveu-se a taxas muito elevadas. (KLEIN; LUNA, 2014, p. 97).**

No entanto, os autores tecem duras críticas ao modelo posto em prática durante o chamado "milagre econômico", uma vez que o grande crescimento econômico foi acompanhado de um intenso movimento de concentração de renda. A adoção de uma política salarial restritiva que congelava o vencimento básico "impediu a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores" (KLEIN; LUNA, 2014, p. 97).

Entre os efeitos colaterais do milagre econômico também podemos citar "a ampliação da dependência de importações (sobretudo de máquinas e equipamentos), e uma piora considerável na distribuição de renda que levava a um quadro de aumento da pobreza." (LIMA, 2011, p. 37) Em 1977, Paul Singer, ao analisar a situação econômica, asseverava que "a notória expansão de nossas exportações nos últimos dez anos, não resultou de nossa superioridade tecnológica [...] mas da abundância de nossos recursos naturais e do baixo custo de nossa mão de obra"

(SINGER, 1977, p. 91). O autor ainda afirmava o PAEG e o "milagre" transferiram o ônus do combate à inflação para a classe trabalhadora, através da implementação da reforma trabalhista e tributária, além do aumento à repressão às entidades representantes de classe, pois tratava-se de uma ditadura, onde o sequenciamento das vozes destoantes era uma política de governo, regulamentada e pública.

Em meados da década de 1970, o "milagre" já demonstrava sinais de esgotamento, sobretudo após a crise internacional, como veremos a seguir. Para Lima (2011), "O Brasil não teve capacidade de restringir suas importações quando sua capacidade de importar sofreu uma queda, sendo obrigado a recorrer ao endividamento externo ou ao uso de reservas cambiais." (LIMA, 2011, p. 40). Assim, o ano de 1973 marcava o fim do "milagre econômico" brasileiro e o início de um período de crises recorrentes. Soares (2011) assevera que os governos militares não conseguiram aliar o crescimento econômico à melhoria "das condições de vida da massa trabalhadora. O modelo brasileiro de desenvolvimento, necessariamente, é excludente de amplas camadas da população". (SOARES, 2011, p. 294).

A ascensão do paradigma neoliberal

No início da década de 1970, o sistema capitalista sofreu dois fortes abalos. Em 1971, em meio a gastos governamentais cada vez mais descontrolados – devido inclusive à Guerra do Vietnã – e diante das crescentes pressões na demanda global por ouro, os Estados Unidos suspenderam unilateralmente o sistema de Bretton Woods, cancelando a conversibilidade direta do dólar em ouro e abandonando o padrão-ouro. Em consequência, as cotações das moedas internacionais se tornaram mais vulneráveis, sujeitas a oscilações cada vez mais bruscas e, portanto, a mudanças repentinas nos fluxos internacionais de capitais. Apenas dois anos depois ocorreu uma grande elevação dos preços do petróleo.

O episódio ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo, e se deveu às sanções impostas aos EUA e à Europa pelos países árabes em reprimenda ao apoio destes a Israel na Guerra do Yom Kippur (1973). Essa crise foi agravada pelo segundo choque do petróleo, em 1979, quando ocorreu a paralisação da produção iraniana, em consequência da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini. Os preços continuaram altos até 1986, quando voltaram a cair. Em meio a esse clima de insegurança econômica, muitas empresas, especialmente do setor produtivo, deslocaram suas atividades para países do Terceiro Mundo, onde encontraram custos de produção menores, gerando um processo de desindustrialização e desemprego em alguns países desenvolvidos, notadamente na Inglaterra.

Nesse contexto de crise econômica ocorreram as e eleições de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos, em 1980, e de Margareth Thatcher como primeira-ministra da Inglaterra, em 1979, o que abriu caminho para uma mudança

importante nas diretrizes econômicas desses países e sua consequente influência nas estruturas das demais economias capitalistas: Tratava-se da ascensão do paradigma neoliberal.

Segundo alguns teóricos do neoliberalismo, as raízes da crise poderiam ser identificadas no poder do movimento operário, "que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais." (ANDERSON, 1995, p. 14). Ainda de acordo com os teóricos neoliberais, esses dois processos foram responsáveis pela destruição dos níveis necessários de lucros das empresas e pelos processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado.

De acordo com Perry Anderson (1995), a solução proposta por eles era clara: 1) manutenção de um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco, ou omisso, em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas; 2) A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, por meio de uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar; 3) A restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho; 4) Redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Em síntese, as políticas neoliberais propunham a diminuição do papel do estado na economia (o "estado-mínimo"), o que seria obtido, essencialmente, com a privatização de empresas estatais e diminuição dos gastos públicos. De acordo com Anderson, "os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado". (ANDERSON, 1995, p. 11)

Os governos neoliberais progressivamente sucatearam o **estado de bem-estar social**, enquanto os serviços de educação e saúde cada vez mais iam sendo transferidos para a iniciativa privada. Na medida em que o Estado abria mão de seus gastos, os governos possibilitariam maiores chances de acúmulo do capital privado, o que resultaria em mais investimentos, criação de empregos etc. Além disso, as políticas neoliberais apregoavam o livre comércio e a desregulamentação dos mercados, visando dinamizar as trocas internacionais.

O crescente comércio internacional, aliado às novas tecnologias da **Terceira Revolução Industrial** e ao próprio colapso do bloco socialista, ambos no fim da década de 1990, acelerou o processo de globalização da economia, gerando inclusive a formação ou consolidação de blocos econômicos como a União Europeia, o NAFTA (EUA, México e Canadá) e o Mercosul (formado em torno de Brasil e Argentina). Deve-se ressaltar que a defesa do livre comércio muitas vezes se limitou apenas ao discurso. Na prática, diversos países capitalistas avançados, entre os quais França e Estados Unidos, adotaram, e ainda adotam, políticas protecionistas, principalmente no setor agrícola.

Seguindo a nova orientação de cunho neoliberal, o BIRD, rebatizado de Banco Mundial, e o FMI concentram suas ações em conceder empréstimos aos países subdesenvolvidos. Depois de dois empréstimos feitos à Inglaterra e Itália, em 1977, apenas países em desenvolvimento mantiveram-se como clientes de seus empréstimos. Segundo Hobsbawm,

O problema era que, desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre comércio global, que servia a economia americana de fins do século XX, mas não necessariamente ao mundo. (HOBSBAWM, 1995, p. 556).

Os efeitos dessas mudanças foram sentidos também na América Latina. O "Consenso de Washington" é um conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989 por essas grandes agências a fim de promover um "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldade. Dentre as medidas estavam privatizações das empresas estatais, abertura comercial, diminuição dos gastos públicos, estabilidade monetária.

No Brasil, as diretrizes neoliberais (com as determinações firmadas em Washington) foram implantadas pelos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O Estado brasileiro acabou incentivando o crescimento do setor privado em detrimento das políticas públicas, e a educação foi um dos setores diretamente afetados pelas mudanças. Ocorreu um aumento no setor privado da educação, crescendo o número de instituições de ensino superior particulares, bem como das escolas de nível básico.

ACOMPANHE NA WEB

Golpe Civil-Militar de 1964

- Para saber mais sobre o golpe civil-militar de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil, leia a entrevista dos historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes.

Link: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/forcas-politicas>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Mudanças causadas pela Ditadura Militar

- Assista ao programa 1964, da UNIVESPTV, que entrevista historiadores e pesquisadores com o intuito de entender como era o Brasil na década de 1960, quais eram os desafios da sociedade e como ela os enfrentou. Nesta edição do programa 1964, a jornalista Mônica Teixeira entrevista o professor Marcelo Ridenti, da Unicamp. Ele fala sobre as mudanças causadas pela ditadura militar no país. Marcelo é coorganizador do livro A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=_2_eN2du05g&list=PLxI8Can9yAHc4knQjGE4JEkP7jtLz7ZCU&index=7>. Acesso em: 2 jun. 2014.

Tempo: 28:56.

Dinâmicas do Neoliberalismo

- Assista à entrevista com o economista francês Gérard Dumenil sobre as dinâmicas do neoliberalismo em diferentes países e sua relação com as políticas públicas.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=jdvMtH6SELk>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Tempo: 3:53.

AGORA É A SUA VEZ

Instruções:

Agora, chegou a sua vez de exercitar seu aprendizado. A seguir, você encontrará algumas questões de múltipla escolha e dissertativas. Leia cuidadosamente os enunciados e atente-se para o que está sendo pedido.

Questão 1

Assinale a alternativa que apresenta exemplos de práticas centralizadoras e intervencionistas do Estado brasileiro ao longo do século XX:

a) A criação de associações e sindicatos de trabalhadores urbanos, no início do século.

b) A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda na defesa da liberdade dos meios de comunicação, durante o Estado Novo.

c) O crescimento da indústria do entretenimento, nos anos cinquenta e sessenta, através da expansão do rádio, da criação da televisão e da popularização do cinema.

d) A política de crédito que priorizava o capital estrangeiro e oferecia incentivos às exportações de manufaturados como estratégia de sustentação do "Milagre Brasileiro", no início dos anos 1970.

Questão 2

O golpe civil-militar de 1964 gerou transformações na economia brasileira originadas das mudanças nas relações de trabalho, das novas necessidades do desenvolvimento capitalista no país e das mudanças na conjuntura internacional. Assinale a alternativa que não apresenta um indicador correto dessas transformações:

a) A elevação do volume de impostos e a consequente falência de um grande número de pequenas e médias empresas.

b) A expansão da indústria petroquímica, siderúrgica e do alumínio, realizada sob o patrocínio do Estado, com a participação de conglomerados nacionais e estrangeiros.

c) A consolidação do setor industrial nacional através da elevação dos salários urbanos e do aumento da oferta e do consumo de bens não duráveis.

d) A abertura do país às empresas multinacionais a partir da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior.

Questão 3

Baseado em seus conhecimentos prévios, aponte duas características do Regime Militar no Brasil (1964-1985).

Questão 4

"Brasil, ame-o ou deixe-o" foi um dos célebres slogans do regime militar, em torno de 1970, época em que o governo Médici divulgava a imagem do "Brasil Grande" e proclamava o "Milagre Econômico" que faria do país uma grande potência. Caracterize a política econômica do chamado "Milagre".

Questão 5

Leia atentamente o texto a seguir:

"Diante dos documentos internacionais que começam a expor a verdadeira situação do Brasil, depois das reformas neoliberais da Constituição e da economia, o único álibi que os responsáveis pelo resultado clamoroso podem invocar é que o 'processo não está concluído'. Ao que basta responder: nada está concluído jamais. E a continuação de um processo reconhecidamente desumano e destrutivo, vitimando povo e país, beira a criminalidade política." (Janio de Freitas. Folha de S. Paulo. 19/09/1999).

A partir da análise do texto e de seus conhecimentos, apresente duas consequências do Projeto Neoliberal no Brasil.

FINALIZANDO

Neste tema você pôde compreender a segunda fase do processo de substituição de importações, marcada pela substituição de importações dos bens duráveis de consumo, atendendo o mercado doméstico. Como vimos, tal configuração econômica foi associada ao nacional desenvolvimentismo, que pode ser definido como uma política econômica pautada na defesa de três princípios: da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo. Também compreendemos as transformações ocorridas ao longo da ditadura militar (1964-1985), especialmente em virtude da política que gerou o chamado "milagre econômico", pautada na exportação de bens industriais, sustentada pelo baixo nível de consumo interno e arrocho salarial, gerando assim altas taxas de acumulação. Por fim, analisamos o contexto mundial de surgimento e expansão do neoliberalismo. Entre as consequências da implantação do neoliberalismo no Brasil podemos citar a privatização de empresas estatais, maior presença do capital internacional, ingerências de órgãos econômicos estrangeiros e a diminuição dos gastos públicos. Também podemos citar o acirramento das desigualdades sociais, uma vez que a concentração de renda herdada do período militar foi intensificada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

DUMENIL, Gérard. *Das dinâmicas do neoliberalismo ás políticas públicas.* Entrevista. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jdvMtH6SELk>. Acesso em: 22 abr. 2014.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Forças políticas. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, abril de 2014. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/forcas-politicas>. Acesso em: 25 abr. 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca. O processo de substituição de importações. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Formação econômica do Brasil.* Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. *Revista Economia, Brasília,* v. 13, n. 3b, p. 843–866, set.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843_866.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

FREITAS, Janio de. Eles estão vendo tudo. *Folha de São Paulo*. 19/09/1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1909199904.htm>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rev. Adm. Pública. 2006, vol.40, n.2, p. 201-234.

HOBSBAWM. Eric J. *A era dos extremos*: O breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LIMA, Saulo de Castro. Da Substituição de Importações ao Brasil Potência: concepções do desenvolvimento 1964-1979. *Revista Aurora*, ano V, n. 7. jan/2011.

Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4castrolima34a44.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

PIRES, Marcos Cordeiro. *Dependência de Importações e a Crise da Mundialização*: crescimento e flutuação na economia brasileira 1980-2000. São Paulo, USP, 2002, 381 p., Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIDENTI, Marcelo. *Programa 1964*. Entrevista. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_2_eN2du05g&list=PLxI8Can9yAHc4knQjGE4JEkP7jtLz7ZCU&index=7>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOARES, Paulo de Tarso P. L. A propósito do Chamado processo de importações. In: REGO, Jose Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). *Formação econômica do Brasil*. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 283-300.

GLOSSÁRIO

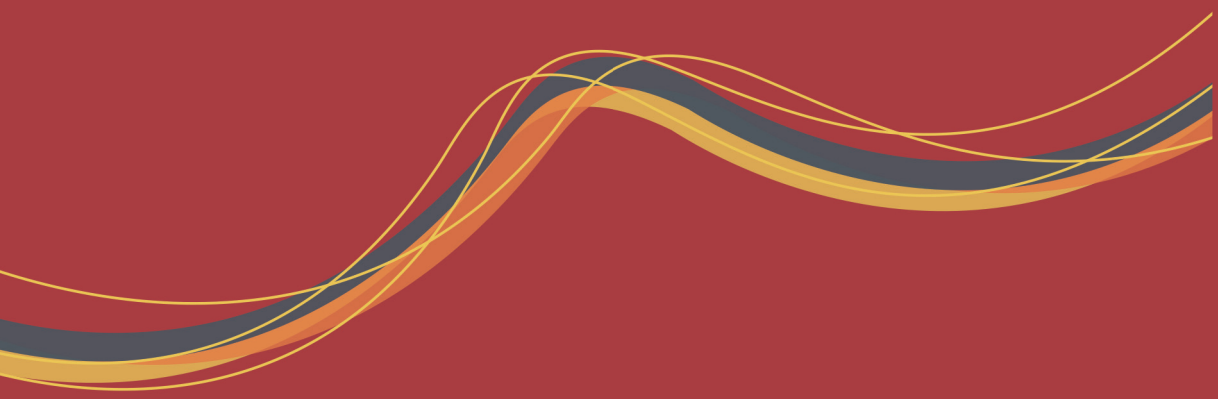
Segunda Guerra Mundial: Conflito mundial iniciado em 1939 após a ascensão e tentativa de expansão territorial dos governos nazifascistas da Alemanha e Itália. O confronto foi eminentemente europeu até 1942, quando as duas maiores potências bélicas mundiais, Estados Unidos e União Soviética, entraram no conflito contra as forças nazifascistas. O conflito acabou em 1945 com a derrota alemã e o início de uma bipolarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética.

Nacional Desenvolvimentismo: Política econômica desenvolvida pelo governo brasileiro, especialmente entre as décadas de 1930 a 1950, que priorizava o desenvolvimento industrial nacional, com vistas ao fortalecimento do mercado interno. Tal política era associada a um aspecto ideológico nacionalista.

Plano de Metas: Plano econômico implementado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que previa, entre outras coisas, um investimento maciço na indústria de base e a construção da capital nacional em Brasília. O Plano pode ser sintetizado pelo seu objetivo de atingir 50 anos de crescimento econômico em 5. Tal crescimento seria realizado com a forte associação ao capital estrangeiro.

Estado de bem-estar social: Traduzido do termo Welfare State, pode ser compreendido como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida. (GOMES, 2006, p. 203).

Terceira Revolução Industrial: Etapa do capitalismo industrial marcada pela grande inserção de tecnologia nos meios de produção, com a criação de máquinas automatizadas, capazes de realizar desde tarefas pesadas a complexos cálculos de precisão. A revolução também se opera no âmbito das telecomunicações, em suas mais diversas aplicações.



ISBN 978-85-8482-622-3